

# Alupar

## Demonstrações Contábeis 2022

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA  
R\$ **3.833,7** milhões

LUCRO LÍQUIDO  
R\$ **918,5** milhões

EBTIDA CONSOLIDADO  
R\$ **3.015,5** milhões

DIVIDENDOS  
R\$ **422,0** milhões

Alupar Investimento S.A. - CNPJ 08.364.948/0001-38

**ALUP**  
B3 LISTED N2





**ALUP**  
B3 LISTED N2

Alupar Investimento S.A.  
CNPJ 08.364.948/0001-38

## Relatório da Administração

**Aos Acionistas:** A Administração da Alupar Investimento S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhado do relatório dos auditores independentes. Todas as documentações relativas às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

### 1. Sobre a Alupar

A Alupar Investimento S.A. é uma holding com atuação preponderante nos segmentos de transmissão e geração de energia elétrica, tendo como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e em países da América Latina. Adicionalmente, no segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil, a Alupar é uma das maiores Companhias em termos de Receita Anual Permitida (RAP), sendo a maior de controle Nacional Privado. A expansão da Companhia é calcada em uma grande competência técnica, uma forte disciplina financeira, tanto do ponto de vista de qualidade de crédito da Companhia (rating AAA (bra) na escala nacional e rating BB na escala internacional, pela Fitch Ratings), bem como em uma profunda filosofia de geração de valor para o acionista. E, seguindo com esses mesmos pilares, para continuar com o seu crescimento sustentável, a Alupar conta hoje com quatro vetores: • Participação em leilões para ativos de transmissão; • Desenvolvimento de projetos próprios de geração de energia, como PCHs, parques eólicos e centrais fotovoltaicas; • Desenvolvimento de projetos de geração e participação de licitações de transmissão em países selecionados da América Latina; • Análise de projetos brownfield - M&A. **Transmissão:** A Alupar possui participação em concessões de 30 sistemas de transmissão de energia elétrica, totalizando 7.964 km de linhas de transmissão, por meio de concessões com prazo de 30 anos localizadas no Brasil e um perpétuo localizado na Colômbia, sendo 27 operacionais e 3 em fase de implantação. **Geração:** A Alupar também atua na geração de energia renovável por meio de UHEs, PCHs, parques eólicos e usina fotovoltaica no Brasil, na Colômbia e no Peru. O portfólio de ativos totaliza uma capacidade instalada de 673,8 MW em operação. Atualmente, temos 23,0 MW de geração hidráulica em fase de licenciamento ambiental, 63,0 MW de energia eólica e 61,7 MWp de energia solar, em implantação.

### 2. Governança Corporativa

A Alupar pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, seguindo todas as práticas utilizadas pelas companhias listadas no segmento de governança Nível 2 da B3. • Contratação de auditores independentes para análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo contratados somente para este fim; • Tag along de 100% para detentores de ações ON e PN; • Conselho de Administração contendo Conselheiros independentes; • Conselho Fiscal; • Existência de Comitê de Governança, Sucessão, Comitê de Finanças, e Contratação de Partes Relacionadas; Comitê de Auditoria e Comitê de Sustentabilidade; • Inexistência no Estatuto Social de mecanismos de proteção à tomada de controle (poison pills); • MSCI ESG Ratings - Classificação A • Resolução de conflitos que possam surgir entre a Companhia, seus acionistas, seus administradores e membros do Conselho Fiscal por meio de arbitragem.

### 3. Composição Acionária

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 2.981.995.690,00 e dividido em ações ordinárias e preferenciais conforme quadro abaixo. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Controlador	456.905.633	76,54%	1.676.184	0,59%	458.581.817	52,16%
Outros*	140.050.335	23,46%	280.479.102	99,41%	420.529.437	47,84%
Tesouraria	2	0,00%	13	0,00%	15	0,00%
<b>Total</b>	<b>596.955.970</b>	<b>100,00%</b>	<b>282.155.299</b>	<b>100,00%</b>	<b>879.111.269</b>	<b>100,00%</b>

### 4. Desempenho Econômico Financeiro

Em 12 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.067, que estabeleceu as novas RAPs das controladas e coligadas da Alupar, para o ciclo de 12 meses, a partir de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, estabelecendo reajuste de 11,73% para contratos indexados pelo IPCA e 10,72% para contratos indexados pelo IGP-M. Em 2022, a Receita Líquida atingiu R\$ 3.833,7 milhões, ante os R\$ 5.234,2 milhões registrados em 2021. O EBITDA atingiu R\$ 3.015,5 milhões, ante os R\$ 3.919,6 milhões apurados em 2021 e o Lucro Líquido totalizou R\$ 918,5 milhões, ante os R\$ 1.115,4 milhões registrados em 2021.

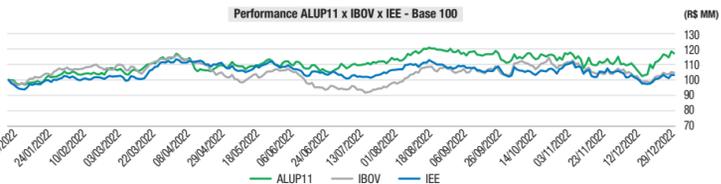
### 5. Investimentos

Em 2022 foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 1.116,1 milhões em nossas empresas, sendo R\$ 543,3 milhões investidos no segmento de transmissão, R\$ 566,7 milhões no segmento de geração, e R\$ 6,1 milhões no desenvolvimento de novos negócios, ante os R\$ 1.165,2 milhões registrados em 2021, quando R\$ 1.024,1 milhões foram investidos no segmento de transmissão, R\$ 138,4 milhões foram investidos no segmento de geração e R\$ 2,7 milhões no desenvolvimento de novos negócios.

### 6. Mercado de Capitais

A Alupar foi registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 no dia 23 de Abril de 2013. Suas UNITS são negociadas sob o código ALUP11 e são compostas por 1 ação ordinária e 2 ações preferenciais (1 UNIT = 1 ON + 2 PN). As units da Alupar (B3: ALUP11) encerraram 2022 cotadas a R\$ 28,24, uma valorização de 17,2%, em relação ao fechamento de 2021. No mesmo período, o Índice de Energia Elétrica (IEE) apresentou uma valorização de 3,1% e o índice Ibovespa uma valorização de 4,7%. O valor de mercado da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, era de R\$ 8,3 bilhões.

Gráfico de Desempenho das Units da Alupar (ALUP11) comparado com o Ibovespa (IBOV) e Índice de empresas de Energia Elétrica (IEE):



Apesar de 2022, as Units da Alupar apresentaram volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 25,6 milhões, frente ao volume médio diário de R\$ 22,2 milhões, em comparação a 2021.

### 7. Gestão de Pessoas

Nossos colaboradores são considerados parceiros estratégicos na superação das metas definidas pela Alupar, e nosso principal desafio é a manutenção deste importante capital - o ser humano. A Alupar é uma empresa que está permanentemente preocupada com o bem-estar de seus colaboradores e por este motivo desenvolveu uma Política de Benefícios que se insere na Gestão Integrada de Recursos Humanos, tendo uma abordagem que agregue valor ao negócio da Companhia. Esta Política visa promover o reconhecimento e integração entre os colaboradores, objetivando o crescimento e a valorização do capital humano da Companhia. Para cumprir seus objetivos a área de RH dirige seus esforços: • No desenvolvimento e retenção de pessoas chave; • Na preparação dos Gestores para a Gestão de pessoas; • Na Gestão do Clima e estabelecimento de planos de monitoramento de projetos de melhoria do clima.

### 8. Responsabilidade Socioambiental

Reforçando nosso compromisso com a sustentabilidade, desde 2021, a Alupar é signatária do Pacto Global, da ONU. Como signatária, tem o compromisso de seguir os dez princípios universais e contribuir com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Visando potencializar nosso impacto, constituímos em 2022 o Comitê de Sustentabilidade e realizamos a priorização dos ODS para a empresa (ODS 4, ODS 7, ODS 8, ODS 12, ODS 15), que farão parte da nossa estratégia de sustentabilidade. No pilar social, a Alupar acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, esteve engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros das comunidades onde atua: tais como centros voltados à criação artística, incentivo cultural e desenvolvimento social. Nesse sentido, visando minimizar e acompanhar as interferências que seus empreendimentos podem gerar na vida dos membros das comunidades onde está inserida, a Companhia desenvolve ações educativas e informativas, abrangendo tanto questões de saúde pública quanto questões ambientais.

### 9. Cenário Macroeconômico

O ritmo de crescimento acelerado observado no primeiro semestre de 2022, resultante, principalmente, do maior dinamismo no mercado de trabalho decorrente do arrefecimento da pandemia de Covid-19, foi interrompido ao longo do segundo semestre do ano pelo aumento das incertezas dos agentes econômicos frente aos desajustes internacionais (pressões inflacionárias globais ligadas às cadeias de suprimentos, assim como os impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia sobre os preços internacionais do petróleo, com influência sobre principais componentes da inflação) e domésticos (ano eleitoral e incertezas relativas a trajetória fiscal, com maior pressão por gastos e estímulos sobre a demanda). O cenário de deterioração dos indicadores de confiança culminou, entre outros fatores, no aumento de 4,50 p.p. na taxa Selic, que por sua vez encorrou o ano em 13,75% a.a. A desaceleração econômica, com o arrefecimento nos indicadores de produção industrial, de comércio e de serviços levou, por sua vez, à acomodação dos índices inflacionários locais com redução de 4,27 p.p. no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que encorrou 2022 em 5,79% ante os 10,06% registrados em 2021 e do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM) registrou 5,45% em 2021, contra 17,79% no ano passado. Mesmo assim, os indicadores se mantiveram acima do intervalo compatível com o cumprimento da meta para a inflação, impedindo o início do ciclo de redução da taxa de juros. Por fim, apesar dos desafios atuais, as estimativas do mercado apontam para um PIB positivo em 2022.

### 10. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que contratamos a Ernst & Young Global Limited ("EY") para prestação dos serviços de auditoria das nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como de revisões das informações trimestrais (TRT), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade de rentabilidade (IFRS), emitidas pelo Instituto de Contadores e Administradores (IASB). Adotamos o sistema de rotulagem dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, sendo os serviços prestados pela Ernst & Young Global Limited ("EY") foram contratados para o período de 2019 - 2023. A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2022 corresponde ao montante de R\$2.004.933,31 referente ao serviço relacionado à auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício de 2022 e das Informações Trimestrais (TRT) da Alupar Investimento S.A..

### 11. Balanço Social

	31/12/2022			31/12/2021		
<b>Base de cálculo</b>						
Receita líquida (RL)	3.833.708		5.234.208			
Lucro operacional (LO)	2.865.955		3.780.012			
Folha de pagamento bruta (FPB)	207.053		189.120			
Valor adicionado total (VAT)	3.865.979		4.868.013			

Indicadores sociais internos	% sobre			% sobre		
	FPB	RL	VAT	FPB	RL	VAT
Encargos sociais compulsórios	37.918	18,31%	0,99%	36.464	19,28%	0,70%
Assistência médica e vale transporte	14.469	6,99%	0,38%	12.584	6,65%	0,24%
Previdência privada	3.020	1,46%	0,08%	2.077	1,10%	0,04%
Educação	10.133	4,89%	0,26%	8.577	4,54%	0,16%
Auxílio alimentação	8.649	4,18%	0,23%	7.800	4,12%	0,15%
Outros	74.744	36,10%	1,95%	68.366	36,15%	1,31%

Indicadores sociais externos	% sobre			% sobre		
	LO	RL	VAT	LO	RL	VAT
Doações e contribuições	3.350	0,12%	0,09%	2.605	0,07%	0,05%
Projetos de incentivo à cultura	2.521	0,09%	0,07%	2.924	0,08%	0,06%
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	26.412	0,92%	0,69%	21.868	0,58%	0,42%
Tributos excluídos encargos sociais	692.928	24,18%	18,07%	1.322.574	34,99%	25,27%
	725.211	25,30%	18,92%	1.349.971	35,71%	25,79%

Indicadores ambientais	% sobre			% sobre		
	LO	RL	VAT	LO	RL	VAT
Investimentos relacionados à atividade da empresa						
Projetos de preservação ambiental	6.645	0,23%	0,17%	5.499	0,15%	0,11%
Projetos de educação ambiental em comunidades	725	0,03%	0,02%	660	0,02%	0,01%
Licenças ambientais dos empregados	301	0,01%	0,01%	864	0,46%	0,02%
Desapropriações de terras	1.135	0,04%	0,03%	9.601	0,25%	0,18%
Manejo de vegetação	1.971	0,07%	0,05%	9.065	0,24%	0,17%
	10.777	0,38%	0,28%	25.741	0,68%	0,49%

Indicadores do corpo funcional	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Empregados no final do período	851		781	
Escolaridade dos empregados				
Superior e extensão universitária	443		382	
Ensino médio	408		399	
Faixa etária dos empregados				
Abaixo de 30 anos	102		111	
De 30 até 45 anos	554		484	
Acima de 45 anos	195		186	
Admissões durante o ano	219		131	
Mulheres que trabalham na empresa	226		167	
Negros que trabalham na empresa	188		149	
Portadores de deficiências físicas	4		11	
Estagiários	3		1	

**Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial**  
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa: 24,4  
Acidentes de trabalho: -

## Análise do Resultado Consolidado

### Receita Operacional Líquida - IFRS

A Alupar e suas subsidiárias registraram Receita Líquida de R\$ 732,3 mm no 4T22, ante os R\$ 1.127,9 mm registrados no mesmo período do ano passado.

Receita Líquida (R\$ MM)	3T22			4T22			4T21			2022			2021			Var.%		
	3T22	4T22	4T21	Var.%	2022	2021	Var.%											
Receita de Operação e Manutenção	151,2	150,3	113,6	32,3%	566,6	431,6	31,3%	566,6	431,6	31,3%	566,6	431,6	31,3%	566,6	431,6	31,3%		
Receita de Infraestrutura	28,4	64,5	90,9	(29,1%)	250,5	1.032,9	(75,8%)	250,5	1.032,9	(75,8%)	250,5	1.032,9	(75,8%)	250,5	1.032,9	(75,8%)		
Receita de Remuneração do Ativo de Concessão	376,4	430,0	881,6	(51,2%)	2.737,5	3.541,0	(22,7%)	2.737,5	3.541,0	(22,7%)	2.737,5	3.541,0	(22,7%)	2.737,5	3.541,0	(22,7%)		
Receita de Suprimento de Energia	167,2	182,5	207,0	(11,8%)	635,4	737,6	(12,8%)	635,4	737,6	(12,8%)	635,4	737,6	(12,8%)	635,4	737,6	(12,8%)		
<b>Receita Bruta - IFRS</b>	<b>723,1</b>	<b>827,4</b>	<b>1.293,1</b>	<b>(36,0%)</b>	<b>4.250,0</b>	<b>5.803,2</b>	<b>(26,8%)</b>											
Deduções	70,5	95,1	165,2	(42,4%)	416,3	569,0	(26,8%)	416,3	569,0	(26,8%)	416,3	569,0	(26,8%)	416,3	569,0	(26,8%)		
<b>Receita Líquida IFRS</b>	<b>652,7</b>	<b>732,3</b>	<b>1.127,9</b>	<b>(35,1%)</b>	<b>3.833,7</b>	<b>5.234,2</b>	<b>(26,8%)</b>											

(a) redução de R\$ 441,3 mm no faturamento das transmissoras, principalmente pela: (i) redução de R\$ 26,4 mm na Receita de Infraestrutura, conforme abaixo:

Receita de Infraestrutura	Transmissoras				
	ESTE	TSM	ELTE	Demais Transmissoras	Total
4T22	-	-	56,2		8,3
4T21	2,0	83,8	5,2		(0,1)
<b>Variações</b>	<b>(2,0)</b>	<b>(83,8)</b>	<b>51,0</b>		<b>8,4</b>

(ii) redução de R\$ 451,6 mm na Receita de Remuneração do Ativo de Concessão, que totalizou R\$ 430,0 mm no 4T22, ante os R\$ 881,6 mm registrados no 4T21. Esta variação decorre principalmente da queda na correção monetária dos ativos contratuais, em razão das variações dos índices de inflação, conforme abaixo: • Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M): 4T22: -1,09% (4T21: 1,54%); • Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): 4T22: 1,63% (4T21: 2,96%).

(b) redução de R\$ 24,5 mm na Receita de Suprimento de Energia, conforme tabela abaixo:

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
4T22												
Contrato Bilateral ACR	395.750	240,88	95.330	44.805	210,00	9.409	(88.099)	242,44	(21.359)	130.703	406,82	53.172
Contrato Bilateral ACL	218.802	340,63	74.531	21.679	153,11	3.319	(24.394)	55,90	(1.364)	167.287	140,34	23.477
Comercialização	145.608	138,44	20.157	1.076								
Partes Relacionadas	223	78,92	18	24.171	55,69	1.346						
OC/EE/Ajustes						85						1.161
<b>Total</b>			<b>191.111</b>			<b>14.159</b>			<b>(22.722)</b>			<b>182.548</b>

Faturamento	Geração Combinado			Alupar Comercializadora			Eliminações			Geração Consolidado		
	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor	MWh	Preço	Valor
4T21												
Contrato Bilateral ACR	482.907	177,87	85.895	14,2	8,8	34,7	(88.099)	220,27	(19.405)	482.907	177,87	85.895
Contrato Bilateral ACL	255.655	246,41	62.995	200.225	123,39	24.706	(89.909)	383,02	(34.437)	167.556	260,15	43.590
Comercialização	195.298	208,39	40.698	11.890						395.523	165,36	65.404
Partes Relacionadas	80.496	410,38	33.034	9.413	149,05	1.403						
OC/EE/Ajustes						242						12,1

\*continuação

## Relatório da Administração

31/12/2022	R\$ MM
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>918,5</b>
(-) Reserva legal (5%)	(45,9)
<b>Saldo disponível para destinação</b>	<b>872,5</b>
Destinação para Reserva de Lucros a Realizar	(209,3)
<b>Dividendos obrigatórios</b>	<b>(8,8)</b>
Lucro remanescente a disposição da Assembleia	654,4
Dividendos declarados da reserva de lucros a realizar	413,2
Dividendos Totais	422,0

Durante o exercício de 2022, a Companhia realizou parte dos dividendos obrigatórios destinados anteriormente a conta de Reserva de Lucros a Realizar, a realização foi mediante o recebimento de dividendos de suas controladas, nos montantes de R\$ 413,182 mil e reclassificou para a rubrica de "Dividendos a Pagar", conforme determina o artigo 202 item III da Lei nº 6.404/76. De acordo com o artigo 202, inciso II, da Lei nº 6.404/76, o valor do dividendo mínimo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar (art. 197 da mesma lei). Para o exercício de 2022, a Administração da Companhia apurou que o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é decorrente do resultado positivo de equivalência patrimonial (não realizado), desta forma, constituiu Reserva de Lucros a Realizar de 25% do lucro líquido do exercício, que correspondem ao dividendo mínimo obrigatório desse exercício, no montante de R\$ 209.344 mil. O dividendo mínimo obrigatório de 25% da parcela realizada do lucro líquido de 31 de dezembro de 2022 correspondendo ao montante de R\$ 8.791 mil.

► **Bonificação:** Em 2 de março de 2023, o Conselho de Administração recomendou, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do Capital Social da Companhia, no valor de R\$ 328.787.607,50 mediante a capitalização de parte do saldo contábil de Reserva de investimentos da Companhia, no referido valor, com a emissão de 35.164.450 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, respeitada a proporção atual do capital social da Companhia entre as ações ordinárias e ações preferenciais, a serem bonificadas aos acionistas e detentores de Units na proporção de 4 novas ações para cada 100 ações existentes (razão de 4,0%), independente da sua espécie, nos termos do artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações. O valor atribuído às ações bonificadas será de R\$ 9,35 por ação, independentemente da espécie e equivalente a R\$ 28,05 por Unit. Segue abaixo a composição acionária atual e pós bonificação:

**Cenário Atual:**

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Guarupart	445.995.367	74,71%	1.676.184	0,59%	447.671.551	50,92%
Cime	10.910.266	1,83%	-	-	10.910.266	1,24%
Free Float*	140.050.335	23,46%	280.479.102	99,41%	420.529.437	47,84%
<b>Total</b>	<b>596.955.968</b>		<b>282.155.286</b>		<b>879.111.254</b>	

\* Considerando o cancelamento das ações em tesouraria

**Cenário Pós Bonificação:**

Acionista	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total	%
Guarupart	463.835.182	74,71%	1.743.231	0,59%	465.578.413	50,92%
Cime	11.346.677	1,83%	-	-	11.346.677	1,24%
Free Float*	145.652.348	23,46%	291.698.266	99,41%	437.350.614	47,84%
<b>Total</b>	<b>620.834.207</b>		<b>293.441.497</b>		<b>914.275.704</b>	

**Quantidade Total de Novas Ações** 23.878.239 11.286.211 35.164.450

### Investimentos

No 4T22 foram realizados investimentos totais da ordem de R\$ 394,2 mm em nossas empresas, sendo R\$ 154,9 mm investidos no segmento de transmissão, R\$ 237,5 mm no segmento de geração, e R\$ 1,7 mm no desenvolvimento de novos negócios, ante os R\$ 342,0 mm registrados no 4T21, quando R\$ 260,2 mm foram investidos no segmento de transmissão, R\$ 81,7 mm foram investidos no segmento de geração e R\$ 0,2 mm no desenvolvimento de novos negócios. O volume de investimentos realizados neste trimestre reflete, principalmente, a implantação dos ativos de transmissão ELTE e TCE que totalizaram R\$ 151,9 mm e dos ativos de geração eólica Agreste Potiguar, UFV Pitombeira e La Virgen que totalizaram R\$ 233,4 mm.

## Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		<b>1.256.601</b>	<b>912.364</b>	<b>5.373.445</b>	<b>4.400.677</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	343.170	65.529	850.481	377.119
Investimentos de curto prazo	6	633.531	455.336	1.836.607	1.553.503
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	1.304	971
Contas a receber de clientes	8	12.788	10.452	448.279	391.698
Dividendos a receber	30	217.481	341.754	75	75
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	29	46.980	28.706	115.655	65.067
Outros tributos compensáveis		397	771	57.644	33.735
Estoques		-	-	9.201	8.245
Despesas pagas antecipadamente		11	30	13.602	8.251
Cauções e depósitos judiciais	22	-	-	384	384
Ativo contratual da concessão	9	-	-	1.909.364	1.701.139
Outros ativos		2.243	9.786	130.849	260.490
<b>Não circulante</b>		<b>6.829.050</b>	<b>6.709.736</b>	<b>22.560.314</b>	<b>21.319.255</b>
Realizável a longo prazo		39.289	216.329	16.790.143	16.176.533
Contas a receber de clientes	8	-	-	52.922	24.533
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	136.790	120.695
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	29	-	-	3.187	3.489
Outros tributos compensáveis		-	-	18.422	24.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	53.272	20.207
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	-	7.088	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	6.723	11.303
Cauções e depósitos judiciais	22	914	815	15.854	15.478
Ativo contratual da concessão	9	-	-	16.448.446	15.902.984
Adiantamento para futuro aumento de capital	30	30.324	215.433	-	-
Outros ativos		8.051	81	47.439	52.977
Investimentos em controladas	10	6.567.599	6.291.324	-	-
Investimento em controlada em conjunto	10	169.046	143.189	169.046	143.189
Propriedades para investimento		7.016	7.731	7.016	7.731
Imobilizado	12	1.807	1.850	5.324.416	4.710.238
Intangível	13	44.293	49.313	269.693	281.564
<b>Total do Ativo</b>		<b>8.085.651</b>	<b>7.622.100</b>	<b>27.933.759</b>	<b>25.719.932</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Descrição	Capital social		Reserva legal		Reserva de lucros a realizar		Reserva de investimentos		Lucros acumulados		Outros resultados abrangentes		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>2.981.996</b>	<b>(65.225)</b>	<b>16.966</b>	<b>331.483</b>	<b>387.571</b>	<b>3.259.780</b>	<b>-</b>	<b>45.492</b>	<b>6.958.063</b>	<b>3.413.556</b>	<b>10.371.619</b>	<b>-</b>	<b>70.865</b>	<b>6.551.237</b>
<b>Resultado abrangente</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transação de capital com os sócios</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda em transação entre sócios	-	-	-	(64.293)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.293)
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(413.183)	-	-	-	-	(8.791)	-	-	(421.974)
Varição na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(214.328)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação da Reserva legal (nota 23)	-	-	-	-	-	45.923	-	-	-	-	(45.923)	-	-	-
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 23)	-	-	-	-	-	209.345	-	-	-	-	(209.345)	-	-	-
Lucro remanescente a disposição da Assembleia (nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	654.407	-	-	(654.407)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.981.996</b>	<b>(65.225)</b>	<b>16.966</b>	<b>331.483</b>	<b>387.571</b>	<b>3.259.780</b>	<b>-</b>	<b>45.492</b>	<b>6.958.063</b>	<b>3.413.556</b>	<b>10.371.619</b>	<b>-</b>	<b>70.865</b>	<b>6.551.237</b>
<b>Exercício findo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>	<b>(-)</b>
<b>Descrição</b>	<b>Capital social</b>	<b>com emissão de ações</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucros a realizar</b>	<b>Reserva de investimentos</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Total controladora</b>	<b>Participação de acionistas não controladores</b>	<b>Total consolidado</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Total controladora</b>	<b>Total consolidado</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>2.981.996</b>	<b>(65.225)</b>	<b>20.515</b>	<b>229.790</b>	<b>422.029</b>	<b>2.075.560</b>	<b>-</b>	<b>85.453</b>	<b>5.750.118</b>	<b>3.194.564</b>	<b>8.944.682</b>	<b>-</b>	<b>8.944.682</b>	
<b>Resultado abrangente</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes de conversão cumulativa do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Transação de capital com os sócios</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Perda em transação entre sócios	-	-	-	(60.744)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(360.436)	-	-	-	-	(360.436)	-	-	
Redução de capital - acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Varição na participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	(2)	-	-	
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Destinação da Reserva legal (nota 23)	-	-	-	-	-	55.770	-	-	-	-	(55.770)	-	-	
Destinação para Reserva de lucros a realizar (nota 23)	-	-	-	-	-	529.816	-	-	-	-	(529.816)	-	-	
Lucro remanescente a disposição da Assembleia (nota 23)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	529.815	-	-	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.981.996</b>	<b>(65.225)</b>	<b>81.259</b>	<b>285.560</b>	<b>591.409</b>	<b>2.605.373</b>	<b>-</b>	<b>70.865</b>	<b>6.551.237</b>	<b>3.450.486</b>	<b>10.001.723</b>	<b>-</b>	<b>10.001.723</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

## Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Receitas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação e manutenção	-	-	566.620	431.639
Receita de infraestrutura	-	-	250.481	1.032.923
Remuneração do ativo financeiro da concessão	-	-	2.737.546	3.541.001
Suprimento de energia	74.460	136.929	695.358	797.636
Prestação de serviços	114.376	-	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	869.006	249.224
Outras receitas	(576)	1.987	75.458	85.904
<b>Total</b>	<b>188.260</b>	<b>138.916</b>	<b>5.194.469</b>	<b>6.138.327</b>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(87.633)</b>	<b>(132.404)</b>	<b>(42.481)</b>	<b>(146.165)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-
Encargos do uso da rede elétrica (CUST)	-	-	(40.543)	(34.599)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	-	(9.577)	(9.139)
Custo de infraestrutura	(9.487)	(9.465)	(194.894)	(952.336)
Serviços de terceiros	339	(147)	(19.911)	(22.000)
Materiais	(1.244)	2.568	(242.108)	26.052
Outros custos operacionais	(98.025)	(139.448)	(1.483.693)	(1.256.676)
<b>Total</b>	<b>(3.693)</b>	<b>(1.076)</b>	<b>(150.438)</b>	<b>(140.517)</b>
<b>(-) Depreciação e amortização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>896.203</b>	<b>1.128.061</b>	<b>5.966</b>	<b>5.255</b>
Equivalência patrimonial	90.841	81.938	299.675	121.624
Receitas financeiras	987.044	1.209.999	305.641	126.879
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>1.073.586</b>	<b>1.208.391</b>	<b>3.865.979</b>	<b>4.868.013</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Investimentos (R\$ MM)	Investimentos (R\$ MM)			
	4T22	4T21	2022	2021
<b>Transmissão*</b>	<b>154,9</b>	<b>260,2</b>	<b>543,3</b>	<b>1.024,1</b>
ELTE	58,1	6,6	143,6	10,4
TCC	-	1,9	-	149,8
TCE	93,7	(5,4)	340,1	90,8
ESTE	-	61,1	57,0	281,6
TSM	-	195,5	-	477,9
ETB	-	-	-	4,8

★continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### 1. INFORMACÕES GERAIS

A Alupar Investimento S.A. ("Companhia" ou "Alupar") é uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão) sob código de negociação ALUP11. A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996, 16º andar, Conjunto 161, Sala A, e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como arrendista ou quitista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia e qualquer outro serviço de utilidade pública, promoção e execução de obras de construção, a operação e a manutenção de sistemas de geração de energia, de linha de transmissão e de transporte, substações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura. A Companhia é diretamente controlada pela Guaranarip Participações Ltda. ("Guaranarip"), e participa em entidades que detêm concessões e/ou autorizações de serviço de transmissão e geração de energia elétrica, além de entidades *holdings* e entidades que atuam em outras atividades, conforme detalhado a seguir:

#### • Transmissão de energia elétrica:

Empresas (abreviação)	Localização/Conexão	Contrato de Concessão nº	Prazo da Concessão Início - Fim	Início da operação	Extensão da linha (km)	Tensão (kV)	Índice de reajuste	Redução de 50% da RAP a partir revisão do 16º ano tarifária de operação prevista	Sim	Não
<b>Controladas:</b>										
Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. (ETEP)	Tucuruí (PA) - Vila Conde (PA)	043/2001	12/06/01 - 12/06/31	25/08/02	323	500	IGP-M	Sim	Não	
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (ENTE)	Tucuruí (PA) - Açailândia (MA)	085/2002	11/12/02 - 11/12/32	12/02/05	464	500	IGP-M	Sim	Não	
Empresa Região de Transmissão de Energia S.A. (ERTE)	Vila Conde (PA) - Santa Maria (PA)	083/2002	11/12/02 - 11/12/32	12/02/05	79	330	IGP-M	Sim	Não	
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (EATE)	Tucuruí (PA) - Presidente Dutra (PA)	042/2001	12/06/01 - 12/06/31	10/03/03	924	500	IGP-M	Sim	Não (*)	
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (ECTE)	Campos Novos (SC) - Blumenau (SC)	088/2000	01/11/00 - 01/11/30	26/03/02	253	525	IGP-M	Sim	Não	
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (STN)	Teresina (PI) - Fortaleza (CE)	005/2004	18/02/04 - 18/02/34	01/01/06	541	500	IGP-M	Sim	Não	
Companhia Transiste de Transmissão ("Transiste")	Irapé (MG) - Montes Claros (MG)	009/2004	18/02/04 - 18/02/34	18/12/05	150	345	IGP-M	Sim	Não	
Companhia Transdesute de Transmissão ("Transdesute")	Itutinga (MG) - Juiz de Fora (MG)	005/2005	04/03/05 - 04/03/35	23/02/07	140	345	IGP-M	Sim	Não	
Companhia Transirapé de Transmissão ("Transirapé")	Irapé (MG) - Aracaju (SE)	012/2005	15/03/05 - 15/03/35	23/05/07	65	230	IGP-M	Sim	Não	
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (STC)	Barra Grande (SC) - Lages (SC) - Rio Sul (SC)	006/2006	27/04/06 - 27/04/36	08/11/07	195	230	IPCA	Sim	Não	
Limtrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica (Limtrans)	Machadinho (SC) - Campos Novos (SC)	007/2004	18/02/04 - 18/02/34	03/10/07	51	525	IGP-M	Sim	Não	
Empresa de Transmissão do Espírito Santo S.A. (ETES)	Verona (ES) - Mascarenhas (ES)	006/2007	20/04/07 - 20/04/37	12/12/08	107	230	IPCA	Sim	Sim	
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (EBTE)	Juba (MG) - Juina (MG)	01/1208	16/10/08 - 16/10/38	30/08/11	775	230	IPCA	Não	Sim	
Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (ESDE)	Subestação Santos Dummond (MG)	025/2009	19/11/09 - 19/11/39	06/02/13	Subestação	138/345	IPCA	Não	Sim	
Empresa de Transmissão de Energia do Mato Grosso S.A. (ETEM)	Nova Mutum (MT) - Nobres (MT) - Cuiabá (MT)	005/2010	12/07/10 - 12/07/40	16/12/11	235	230	IPCA	Não	Sim	
Empresa de Transmissão de Varzea Grande S.A. (ETVGG)	Subestação Várzea Grande (MT)	018/2010	23/12/10 - 12/12/40	23/12/12	Subestação	138/230	IPCA	Não	Sim	
Empresa de Transmissão Serrana S.A. (ETSE)	Subestação Abdon Batista/Gaspar (SC)	006/2012	10/05/12 - 10/05/42	01/12/14	Subestação	230/230	IPCA	Não	Sim	
Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. (ELTE)	Henry Borden (SP) - Manoel da Nóbrega (SP)	016/2014	05/09/14 - 05/09/44	Pré-Operacional	SE+40 Km	230/345	IPCA	Não	Sim	
Empresa Transmissora Agreste Potiguar S.A. (ETAP)	Rio Grande do Norte (RN)	13/2016	02/09/16 - 02/09/46	06/04/19	SE+20 Km	500/230	IPCA	Não	Sim	
Empresa Transmissora Capixaba S.A. (ETC)	Subestação Rio Novo do Sul (ES)	02/2016	02/09/16 - 02/09/46	23/09/19	Subestação	345/138	IPCA	Não	Sim	
Transmissora Carimão do Café S.A. (TCC)	Minas Gerais (MG) - Espírito Santo (ES)	006/2017	10/02/17 - 10/02/47	19/03/21	288	500	IPCA	Não	Sim	
Transmissora Paraisópolis de Energia S.A. (TPE)	Bahia (BA) - Minas Gerais (MG)	02/2017	10/02/17 - 10/02/47	25/10/20	541	500	IPCA	Não	Sim	
Transmissora Sudoeste de Energia S.A. (ESTE)	Mesquita (MG) - João Neiva (ES)	019/2017	10/02/17 - 10/02/47	06/06/20	336	500	IPCA	Não	Sim	
Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. (TSM)	São Paulo (SP) - Rio de Janeiro (RJ)	037/2017	11/08/17 - 11/08/47	23/12/21	330	500	IPCA	Não	Sim	
Transmissora Colombiana de Energia S.A. S ESP (**)	Virgínia-Nueva Esperanza - Colombia	UPME 07/2016	28/11/16 - Indefinido	Pré-Operacional	200	500	IPP	Não	Sim	
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (EDITE)	Ibicara (BA) - Ibicara (BA)	015/2016	01/12/16 - 01/12/46	20/01/20	170	500	IPCA	Não	Sim	
Amazônia - Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (AETE)	Rondonópolis (MT) - Cuiabá (MT)	008/2004	18/02/04 - 18/03/34	19/08/05	193	230	IGP-M	Sim	Não	
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME)	Jauru (MT) - Cuiabá (MT)	023/2009	19/11/09 - 19/11/39	22/11/11	348	500/230	IPCA	Não	Sim	
ETB - Empresa de Transmissão Baiana S.A. (ETB)	Bom Jesus da Lapa (BA)	011/2016	29/09/16 - 29/09/46	16/10/20	446	500	IPCA	Não	Sim	
<b>Controlada em conjunto:</b>										
Transporte Energia S.A. (***) (TNE)	Boa Vista (RR) - Equador (RR) - Lechuga (AM)	003/2012	25/01/12 - 25/01/42	Pré-Operacional	715	500	IPCA	Não	Sim	
<b>Total em operação</b>					<b>6.974</b>					
<b>Total em construção</b>					<b>955</b>					

(\*) A EATE possui revisão tarifária periódica para RBN (vide nota explicativa nº 9). (\*\*\*) A concessão da TCE está localizada na Colômbia, desta forma, as regras regulatórias divergem das regras aplicáveis no Brasil. (\*\*\*) A TNE entrou parcialmente em operação comercial, vide nota explicativa nº 1.2 item b).

#### • Geração de energia elétrica:

Empresas (abreviação)	Localização	Contrato de concessão/ Autorização nº	Prazo da Outorga Início - Fim	Início da operação	Capacidade instalada - MW	Garantia física (**)- MW
<b>Controladas:</b>						
Foz do Rio Claro Energia S.A. (Foz)	Rio Claro - Caçu (GO) e São Simão (GO)	005/2006	15/08/06 20/12/46	05/08/10	68,4	37,1
Ijuí Energia S.A. (Ijuí)	Rio Ijuí - Rolador (RS) e Salvador das Missões (RS)	006/2006	15/08/06 18/02/46	29/03/11	51,0	28,9
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. (Lavrinhas)	Rio Paraíba do Sul - Lavrinhas (SP)	138/2004 e 716/2006	07/04/04 14/04/38	03/09/11	30,0	21,4
Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (Queluz)	Rio Paraíba do Sul - Queluz (SP)	139/2004 e 715/2006	07/04/04 13/04/38	12/08/11	30,0	21,4
Ferreira Gomes Energia S.A. (Ferreira Gomes)	Rio Araguaí - Ferreira Gomes (AP)	002/2010	09/11/10 16/06/47	04/11/14	252,0	145,5
Energia dos Ventos I S.A. (EDV I)	Aracati (CE)	Portaria 4311/12	17/07/12 17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. (EDV II)	Aracati (CE)	Portaria 4281/12	16/07/12 16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. (EDV III)	Aracati (CE)	Portaria 4331/12	19/07/12 19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. (EDV IV)	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12 24/07/47	22/12/18	27,3	14,0
Energia dos Ventos X S.A. (EDV X)	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12 19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
Geração de Energia Termoeletrica e Participações S.A. (GET)	Rio de Janeiro (RJ)	-	-	-	-	-
Risaralda Energia S.A.S.E.S.P. (*) (Risaralda)	Rio Risaralda (PCH Morro Azul) - Colômbia	-	06/09/11 Indefinido	10/09/16	19,9	13,2
Verde B Energia S.A. (Verde B)	Rio Verde - Santa Helena de Goiás (GO)	3.702/12; 4.684/14 e 5.953/16	24/10/12 23/11/44	31/03/19	30,0	18,7
Água Limpá S.A. (Água Limpá)	Rio Piracaba - Antônio Dias (MG)	Portaria 346/14	18/07/14 18/07/49	15/05/2021	23,0	11,9
La Virgen S.A.C. (La Virgen)	Rio Tarma - Perú	060/2005-EM - 029/2008-EM	12/10/05 Indefinido	Pré-Operacional	84,0	49,3
Eólica do Agreste Potiguar I S.A. (EAP I)	Jandaira (RN)	RA nº 8.521	21/01/20 21/01/55	Pré-Operacional	23,1	20,5
Eólica do Agreste Potiguar II S.A. (EAP II)	Jandaira (RN)	RA nº 8.520	21/01/20 21/01/55	Pré-Operacional	35,7	12,7
Eólica do Agreste Potiguar III S.A. (EAP III)	Jandaira (RN)	-	-	Pré-Operacional	-	-
Eólica do Agreste Potiguar IV S.A. (EAP IV)	Jandaira (RN)	RA nº 12.762/22	-	Pré-Operacional	25,2	-
Eólica do Agreste Potiguar V S.A. (EAP V)	Jandaira (RN)	-	-	Pré-Operacional	-	-
Eólica do Agreste Potiguar VI S.A. (EAP VI)	Jandaira (RN)	RA nº 12.761/22	-	Pré-Operacional	21,0	-
Eólica do Agreste Potiguar VII S.A. (EAP VII)	Jandaira (RN)	RA nº 12.760/22	-	Pré-Operacional	37,8	-
UFV Pitombeira S.A.	Aracati (CE)	RA nº 9.471/20	-	Pré-Operacional	47,3	15,3
Incuma Energia Geração Distribuída S.A.	Ceará	-	-	Pré-Operacional	-	-
<b>Total em operação</b>					<b>664,0</b>	<b>386,4</b>
<b>Total em construção</b>					<b>213,1</b>	<b>60,4</b>

(\*) As concessões de Risaralda e La Virgen estão localizadas na Colômbia e no Peru respectivamente, desta forma, as regras regulatórias aplicáveis nesses países divergem das regras regulatórias aplicáveis no Brasil. (\*\*\*) As Garantias físicas das controladas Foz, Ijuí e Ferreira Gomes foram rediscutidas conforme Portaria nº 709/GM/MME, emitida em 30 de novembro de 2022, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

#### • Holdings e outros segmentos:

#### • Empresa (abreviação)

Empresas (abreviação)	Atividade	Participação 31/12/22 (%) Direta	Participação 31/12/22 (%) Indireta	Participação 31/12/21 (%) Direta	Participação 31/12/21 (%) Indireta
<b>Controladas:</b>					
Alupar Chile Inversiones SPA ("Alupar Chile")	Holding	-	-	-	-
Alupar Colombia S.A.S ("Alupar Colombia")	Holding - controladora da Risaralda e TCE	-	-	-	-
Alupar Inversiones Peru S.A.C. ("Alupar Peru")	Holding - controladora da La Virgen	-	-	-	-
Apaeete Participações em Transmissão S.A. ("Apaeete")	Holding - controladora da AETE	-	-	-	-
Transminas Holding S.A. ("Transminas")	Holding - participação societária na Transiste, Transdesute e Transirapé	-	-	-	-
Windepar Holding S.A. ("Windepar")	Holding - controladora da EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	-	-	-	-
AF Energia S.A. ("AF")	Prestadora de serviços de operação e manutenção	-	-	-	-
<b>1. Impactos da COVID-19:</b> Os negócios das controladas da Alupar apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorizações subsequentes às datas, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em instrumentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu caráter conservador. Atualmente, não há previsão de atraso nas construções em andamento que possa afetar as receitas de infraestrutura constantes em suas demonstrações financeiras. As estimativas passivas recuperabilidade do imposto de renda diferido consolidado e para a análise de <i>impairment</i> de suas controladas. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia e suas controladas. <b>2. Assuntos relevantes do exercício:</b> a) <b>Empresa Litorânea de Transmissão de Energia S.A. - ELTE:</b> A ELTE, recebeu no dia 31 de março de 2022, a Licença Prévia nº 28322 ("LP") expedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), atestando a viabilidade socioambiental da Subestação Domênio Rangoni de 345/138 kV e dos seccionamentos associados. A energia deste sistema de transmissão está prevista para janeiro de 2024 e sua operação irá reforçar as redes das distribuidoras, além de atender o aumento da demanda de energia elétrica da região da baixada santista, composta por nove municípios. Em 16 de dezembro de 2022, a ELTE recebeu a Licença de Instalação nº 2727 ("LI") expedida pela CETESB, possibilitando o início da implantação da Subestação Domênio Rangoni. b) <b>Transporte Energia S.A. - TNE:</b> A TNE é uma SPE formada pela parceria entre Alupar (51%) e Elettronorte (49%), para a implantação do sistema de transmissão que conectará o Estado de Mato Grosso ao Sistema Interligado Nacional (SIN), na subestação Lechuga, no estado do Amazonas, cobrindo aproximadamente 715 km de linha de 500 kV, com 02 novas subestações, a SE Equador - 500 kV, a ser instalada no Município de Rorainópolis (RR) e a SE Boa Vista - 500/230 kV - 800 MVA, situada no Município de Boa Vista (RR). Devido aos problemas no licenciamento ambiental, a TNE protocolou na ANEEL, em 02 de setembro de 2015, o requerimento para rescisão amigável do Contrato de Concessão 003/2012 - ANEEL, devido a não manifestação da FUNAI no que tange ao componente indígena. Em 19 de dezembro de 2016, foi publicado o Despacho Aneel nº 3.265, refletindo a decisão de sua diretoria, tomada na reunião realizada em 13 de dezembro de 2016, que trata da rescisão amigável ao contrato de concessão da TNE, com recomendação para: (i) acolher o pedido da TNE e, no mérito, dar-lhe o parcial provimento reconhecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão nº 003/2012-ANEEL; e (ii) encaminhar os autos do Processo Administrativo ao Ministério de Minas e Energia com recomendações para: (a) extinguir o referido Contrato de Concessão, mediante distrato, nos termos do artigo 472 do Código Civil, ou outra forma que entender adequada; (b) na hipótese de extinção do Contrato, designar um órgão ou entidade da administração federal, neste caso o Elettronorte, para dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão referente ao CER da SE Boa Vista, até que ulterior decisão estabeleça a reversão onerosa dos bens em serviço, sendo facultado ao Poder Concedente outorgar a concessão sem efetuar a reversão prévia dos bens avaliados ao respectivo serviço público; e (c) na hipótese de extinção do Contrato, considerar como referência para a indenização dos ativos em serviço, o critério do valor novo de reposição, abatida a depreciação ocorrida no período, em seu lado contábil a ser fiscalizada pela ANEEL, sendo vedada a indenização de ativos que não estavam em serviço. Em 13 de setembro de 2017, a TNE protocolou, perante a Justiça Federal o pedido de declaração da rescisão do Contrato de Concessão nº 003/2012-ANEEL. Processo nº 1012027-22.2017.4.01.3400, em decorrência da inviabilidade, da implantação do empreendimento. Por sua vez, o Ministério de Minas e Energia (MME), após receber e analisar os autos do processo, em 22 de fevereiro de 2018, encaminhou à ANEEL o Ofício nº 66/2018/SPE-MME pelo qual não acatou a recomendação do Despacho nº 3.265/2016 e devolveu à ANEEL o processo para reavaliação. Em setembro de 2018, após reunião com a comunidade indígena, a TNE foi autorizada a desenvolver estudos dentro da área afetada para a elaboração do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI). Os trabalhos previstos em tal estudo foram realizados entre outubro/2018 e abril/2019, sendo o documento final protocolado no IBAMA, juntamente da solicitação de Licença de Instalação, em junho de 2019. Em 10 de setembro de 2019, por meio da 33ª Reunião de Diretoria ANEEL, o colegiado decidiu: (i) autorizar a celebração de termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2012, que deverá constar o equilíbrio econômico-financeiro e o valor associado ao Compensador Estatístico de Reativos - CER da SE Boa Vista, parte integrante do escopo do Edital, totalizando RAP de R\$275.561, atualizado até 31 de outubro de 2019; (ii) recompor o prazo de implantação do objeto para 36 meses, a ser contado a partir da assinatura de Termo de Aditivo Contratual; e (iii) convocar a contratada para, até 31 de outubro de 2019, assinar o aditivo. A presente decisão encontra-se disposta no Despacho ANEEL nº 2.502/2019. Em 23 de setembro de 2019, considerando que a proposta de reequilíbrio econômico-financeiro ao Contrato de Concessão apresentada pela ANEEL se mostrou deficitária, uma vez que dentre os pedidos efetuados pela Companhia, a recomposição do prazo de término da concessão, dentre outros itens, não foi concedida, a TNE apresentou à Agência o recurso de reconsideração ao Despacho ANEEL nº 2.502/2019. Em 31 de outubro de 2019, foi publicado no DOU, o Despacho ANEEL nº 2.951/2019, dando provimento parcial ao pedido de reconsideração da TNE, suspendendo a convocação da TNE para assinatura do Termo Aditivo, originalmente previsto para até 31 de outubro de 2019, até que o referido recurso fosse julgado pela diretoria colegiada da Agência. No âmbito do Processo Judicial nº: 1012027-22.2017.4.01.3400, em março de 2021, foi prolatada sentença julgando procedente em parte a ação proposta, para determinar a rescisão do contrato de concessão nº 003/2012-ANEEL e condenar a União Federal a indenizar a TNE das perdas materiais a serem apuradas em liquidação de sentença. Adicionalmente, em 25 de março de 2021, a TNE protocolou na ANEEL um pedido oficial para solução de controvérsias (instauração da arbitragem). O objeto dessa lide arbitral consiste na definição de eventual direito da TNE ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão nº 003/2012 até o valor requerido de RAP de R\$595.960. Em 27 de abril de 2021, em Reunião de Diretoria da ANEEL, esta deliberou por manter, em parte, o teor do Despacho ANEEL nº 2.502/2019, especificamente para (i) autorizar a celebração de Termo Aditivo ao Edital do escopo do Contrato de Concessão nº 3/2012-ANEEL, que deverá constar o reequilíbrio econômico-financeiro e o valor associado ao Compensador Estatístico de Reativos - CER da Subestação Boa Vista, parte integrante do escopo do Edital nº 4/2011-ANEEL, totalizando Receita Anual Permitida - RAP no valor de R\$239.062, atualizada até 30 de junho de 2021; (ii) recompor o prazo de implantação do objeto para 36 (trinta e seis) meses, a ser contado a partir da assinatura do Termo Aditivo Contratual; e (iii) convocar a TNE para, até 30 de junho de 2021, assinar o respectivo aditivo contratual. Em 10 de setembro de 2021 foi realizada a 9ª Reunião Extraordinária de Diretoria da ANEEL, na qual, foi aprovada a celebração do Termo de Compromisso Arbitral e convocada a TNE para assinar o respectivo Termo e o Aditivo ao Contrato de Concessão. Posteriormente, em 17 de setembro de 2021 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 003/2012 - ANEEL, contemplando a cláusula compromissória arbitral para definição e forma do eventual reequilíbrio econômico-financeiro do referido Contrato de Concessão. Adicionalmente, em 28 de setembro de 2021 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) emitiu a Licença de Instalação nº 1.400/2021 que possibilita a implantação da Linha de Transmissão de 500 kV Engenheiro Lechuga - Boas Vista CD e Subestações Associadas, entretanto, ela encontra-se em discussão por meio da Ação Civil Pública nº 0018408-23.2013.4.01.3200 e Ação Civil Pública nº 0018032-66.2015.4.01.3200, propostas pelo Ministério Público Federal em face da TNE para preservação de direitos indígenas supostamente afetados; e da Ação Civil Pública nº 1030014-50.2021.4.01.3200, também proposta pelo Ministério Público Federal em face da TNE, visando a declaração de nulidade da referida licença. No âmbito do Processo Judicial nº: 1012027-22.2017.4.01.3400, em 08 de outubro de 2021 foi protocolado o pedido de declaração da rescisão do Contrato de Concessão nº 03/2012-ANEEL e ao seu licenciamento ambiental, permitindo, assim, o início das ações referentes ao Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (PBA-CI) e viabilizando o posterior início das obras em território indígena. Em 24 de novembro de 2022, a TNE protocolou perante a ANEEL um pedido de excludente de responsabilidade pelo atraso julgado pelo 5º do TJ do Estado de São Paulo, em 17 de março de 2022, em face da Lei nº 9.307/96. Em 26 de novembro de 2021 a TNE protocolou na ANEEL o pedido de reequilíbrio do Contrato de Concessão, conforme determinado no Termo de Compromisso Arbitral e o Aditivo ao Contrato de Concessão. A ANEEL deliberou sobre o pedido, negando o pedido por meio do Despacho ANEEL nº 728, de 22 de março de 2022, publicado no Diário Oficial da União em 28 de março de 2022. Em 11 de maio de 2022, na forma do Termo de Compromisso Arbitral firmado entre TNE e ANEEL, foi encaminhado à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional o Requerimento de Instauração de Arbitragem, requerendo a declaração do direito da TNE ao reequilíbrio econômico-financeiro integral do Contrato de Concessão. O procedimento arbitral encontra-se em fase inicial, já tendo sido composto					



\*continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Homologatória nº 3.067 de 12 de julho de 2022, vigente a partir julho de 2022, será realizada conforme segue:

Ciclo 2022-2023	Rede Básica				Rede Básica Fronteira				DIT (e) (Exclusivo)				Parcela de ajuste (PA) apuração	Total líquido
	RBL (a)	RBNII (b)	RMEI (f)	52	RBL (a)	RBNII (b)	RPEC (c)	RCMD (d)	Total	Total	Total	Total		
EATE	382.823	13.873	-	-	-	-	-	-	-	396.748	(11.503)	385.245	-	385.245
TNE	365.956	-	-	-	-	-	-	-	-	365.956	-	365.956	-	365.956
TPTE	287.402	457	-	-	-	-	-	-	-	287.859	(9.300)	278.559	-	278.559
ENTE	204.158	68	18	-	-	-	-	-	-	204.244	(6.387)	197.857	-	197.857
TCC	195.433	-	-	-	-	-	-	-	-	195.433	(6.453)	188.980	-	188.980
STN	163.350	5.449	-	-	-	-	-	-	-	168.799	(563)	168.236	-	168.236
ETB	170.650	826	-	-	-	-	-	-	-	171.476	(22.186)	149.290	-	149.290
ESTE	135.205	-	-	-	-	-	-	-	-	135.205	(1.110)	134.095	-	134.095
TSM	134.072	-	-	-	-	-	-	-	-	134.072	(1.655)	132.417	-	132.417
ETEP	88.888	28	291	-	-	-	-	-	-	89.207	(2.267)	86.940	-	86.940
ECTE	86.160	21	57	-	-	-	-	-	-	86.238	(2.628)	83.610	-	83.610
EDTE	83.645	-	-	-	-	-	-	-	-	83.645	(2.534)	81.111	-	81.111
ETAP	68.071	-	-	-	-	-	-	-	-	68.071	(2.127)	65.944	-	65.944
TME	57.857	7.237	16	-	-	-	-	-	-	65.110	(3.263)	61.847	-	61.847
ELTE	57.477	-	-	-	-	-	-	-	-	57.477	-	57.477	-	57.477
ETP	49.946	5.302	11	-	3.282	-	521	-	-	55.722	(4.986)	50.736	-	50.736
TRANSIRAPE	15.792	14.485	-	-	3.597	6.510	293	2.843	43.520	43.520	-	43.520	-	43.520
AETE	43.006	-	45	-	-	-	-	-	-	43.051	(1.336)	41.715	-	41.715
STC	24.860	2.384	-	-	6.761	3.165	303	5.794	43.267	43.267	(1.605)	41.662	-	41.662
ETC	12.281	-	-	-	23.180	-	-	4.067	39.528	39.528	(3.787)	35.741	-	35.741
TRANSELESTE	37.004	-	-	-	-	-	-	-	37.004	37.004	(1.280)	35.724	-	35.724
ETSE	21.514	311	-	-	3.298	6.490	1.369	-	32.982	32.982	127	33.109	-	33.109
LUMITRANS	30.305	34	-	-	-	-	-	-	30.339	30.339	(1.521)	28.818	-	28.818
ERTE	36.078	10.425	-	-	-	-	-	-	46.503	46.503	(16.865)	29.638	-	29.638
ETES	11.138	439	-	-	-	9.379	-	-	2.624	23.580	(609)	22.971	-	22.971
TRANSEUDESTE	22.936	-	-	-	-	-	-	-	22.936	22.936	(1.167)	21.769	-	21.769
ETVG	1.772	253	-	-	3.710	11.174	648	726	18.283	18.283	2.681	20.964	-	20.964
EDEM	17.981	-	71	-	-	-	-	-	18.052	18.052	(473)	17.579	-	17.579
ESDE	11.255	-	30	-	5.010	-	-	1.224	17.519	17.519	(312)	17.207	-	17.207
Total	2.817.015	61.592	591	-	48.838	36.718	8.425	11.987	2.985.166	(104.659)	2.880.507	-	2.880.507	

(a) Rede Básica Licitada. (b) Rede Básica Novas Instalações. (c) Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas. (d) Receita das Demais Instalações de Transmissão. (e) Demais Instalações de Transmissão. (f) Receita de Melhorias.

## 10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADA EM CONJUNTO

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2021	Aumento (redução) de capital	Aquisição de participação	Alienação de participação	Amortização do intangível	Reclassificação de intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência sobre ORA	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
<b>Controladas:</b>											
ACE	6.047	-	-	-	-	-	-	411	-	-	6.458
AF	6.147	-	-	-	-	-	-	3.672	(582)	-	9.237
Água Limpá	12.247	-	-	-	-	-	-	(31)	-	-	12.216
Alupar Chile (1.521)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.521)	-
Alupar Colômbia	37.325	-	-	-	-	-	-	(17.908)	909	-	20.326
Alupar Peru	226.176	4.132	-	-	-	-	(14.359)	(1.592)	(12.394)	-	211.243
Apaeete	27.756	-	-	-	-	-	-	6.340	(1.774)	-	32.322
EAP I (116)	22.344	66	-	-	-	-	-	(404)	-	21.890	
EAP II (111)	34.937	70	-	-	-	-	-	(523)	-	34.373	
EAP III (23)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(46)	
EAP IV (23)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(46)	
EAP V (23)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(46)	
EAP VI (23)	-	-	-	-	-	-	-	(23)	-	(46)	
EAP VII (23)	-	-	-	-	-	-	-	(49)	-	(72)	
EATE	709.967	-	-	-	-	-	-	221.753	(189.141)	-	742.579
ECTE	127.932	-	-	-	-	-	-	53.484	(38.381)	-	143.035
ELTE	109.588	-	-	-	-	-	-	(12.623)	-	-	96.965
ENTE	300.655	-	-	-	-	-	-	79.851	(82.868)	-	297.638
ETAP	37.325	-	-	-	-	-	-	4.858	(2.206)	-	39.979
ETB (i)	254.128	-	-	-	-	-	-	47.391	(9.923)	-	291.596
ETC	132.086	-	-	-	-	-	-	26.744	(6.261)	-	152.569
EDEM	71.111	-	-	-	-	-	-	9.978	(2.058)	-	79.031
ETEP	121.227	-	-	-	-	-	-	22.639	(31.507)	-	112.359
ETES	75.942	-	-	-	-	-	-	18.728	(4.007)	-	90.663
ETVG	130.176	-	-	-	-	-	-	19.851	(9.965)	-	126.112
Ferreira Gomes	938.724	-	-	-	-	-	-	36.148	(7.534)	-	967.338
Foz	229.366	-	-	-	-	-	-	(3.859)	(54.029)	-	171.478
GET	(548)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(548)
Ijuí	300.127	-	48.789	(186.495)	-	-	-	20.034	(23.627)	-	158.828
La Virgen (i) (*)	26.819	-	-	-	-	-	-	(38.813)	-	(14.986)	-
Lavrínhas (i)	112.499	-	-	-	(121)	3.232	(2.702)	13.157	(15.404)	-	113.363
Lumitrans	16.661	-	-	-	-	-	-	3.161	(4.618)	-	15.204
Queluz (i)	142.432	-	-	-	(240)	1.460	-	15.293	(6.012)	-	152.933
Risaralda	217	-	-	-	-	-	-	39	-	-	207
STC	40.543	-	-	-	-	-	-	6.685	(8.526)	-	38.702
STN	269.550	-	-	-	-	-	-	66.941	(53.030)	-	283.461
TCC	428.844	-	-	-	-	-	-	75.906	(66.023)	-	438.727
TME	130.176	-	-	-	(66)	-	-	11.069	(23.057)	-	118.122
TPE	445.226	-	136.192	-	-	-	-	132.918	(87.765)	-	626.571
Transminas	131.965	-	-	-	-	-	-	23.005	(16.830)	-	138.140
UFV Pitombeira	2	-	-	-	-	-	-	(276)	-	-	(274)
TSM	130.052	121.225	39.533	-	-	-	-	33.768	(18.723)	-	305.855
Verde 8	82.395	-	-	-	-	-	-	(8.877)	-	-	73.518
Windepar	239.343	-	-	-	-	-	-	(4.986)	-	-	234.357
Subtotal	6.291.324	182.638	224.650	(186.495)	(3.260)	4.692	(23.781)	(1.592)	890.237	(810.814)	6.567.599
<b>Controlada em conjunto</b>											
TNE	143.189	19.891	-	-	-	-	-	-	-	5.966	169.046
<b>Total</b>	<b>143.189</b>	<b>19.891</b>	-	-	-	-	-	<b>5.966</b>	-	-	<b>169.046</b>
<b>Consolidado</b>	<b>143.189</b>	<b>19.891</b>	-	-	-	-	-	<b>5.966</b>	-	-	<b>169.046</b>
<b>Total Controladora</b>	<b>6.434.513</b>	<b>202.529</b>	<b>224.650</b>	<b>(186.495)</b>	<b>(3.260)</b>	<b>4.692</b>	<b>(23.781)</b>	<b>(1.592)</b>	<b>896.203</b>	<b>(810.814)</b>	<b>6.736.645</b>

(i) No saldo das controladas ETB, La Virgen, Queluz e Lavrinhas, está contido o direito de exploração gerado na aquisição de controle delas, que foi reclassificado para o intangível para fins de consolidação. Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 13 (b). (ii) Do Resultado de equivalência patrimonial da La Virgen, foi eliminado o valor de R\$38.362, referente ao lucro não realizado da Comissão de Aval de Fiança, cobrada pela Alupar e que foi capitalizada no Ativo Imobilizado da La Virgen, conforme determinado no ICPC 09 item 55.

Movimentação dos investimentos:	Saldo em 31/12/2020	Aumento (redução) de capital	Aquisição de participação	Amortização do intangível	Ajuste de conversão cumulativa	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
<b>Controladas:</b>								
ACE	6.047	6.000	-	-	-	3.281	-	15.328
AF	6.147	8.389	-	-	-	-	-	14.536
Água Limpá	12.247	4.267	-	-	-	-	-	16.514
Alupar Chile (1.521)	-	4.267	-	-	-	-	-	4.267
Alupar Colômbia	37.325	79.204	-	-	(7.953)	(4.126)	-	108.550
Alupar Peru	226.176	39.764	-	-	(8.349)	(86.367)	-	271.234
Apaeete	27.756	-	-	-	-	13.913	(9.247)	32.262
EAP I (116)	22.344	-	-	-	-	(28)	-	22.316
EAP II (111)	34.937	-	-	-	-	(28)	-	34.909
EAP III (23)	-	-	-	-	-	(24)	-	(24)
EAP IV (23)	-	-	-	-	-	(24)	-	(24)
EAP V (23)	-	-	-	-	-	(24)	-	(24)
EAP VI (23)	-	-	-	-	-	(24)	-	(24)
EAP VII (23)	-	-	-	-	-	(24)	-	(24)
EATE	709.967	-	-	-	-	264.127	(133.260)	740.834
ECTE	127.932	-	-	-	-	45.311	(20.874)	152.369
ELTE	109.588	-	97.000	-	-	(5.307)	-	201.281
ENTE	300.655	-	-	-	-	107.325	(81.499)	326.481
ETAP	37.325	-	-	-	-	9.156	(7.244)	30.237</

—\*continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controlada Windepar. (iii) Direito de exploração gerado na aquisição de controle por parte da controlada ENTE. (iv) A controlada La Virgen possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração gerado na aquisição de controle possui vida útil indefinida. **c) Direito de extensão das outorgas:** Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Iúj em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrologico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 07 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas. **d) Projetos em desenvolvimento:** Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incurre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/missão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico - SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração. **e) Garantias ou penhoras.** A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora. **f) Análise de impairment.** A Companhia não identificou indicativos por meio de fontes internas e externas que pudessem afetar a avaliação da recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis efetuada em 31 de dezembro de 2022.

### 14. FORNECEDORES

Encargos de uso do serviço de transmissão  
Suprimento de energia elétrica  
Materiais e serviços  
Partes relacionadas (Nota 30)  
**Total**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	—	6.061	3.526	2.834
	—	—	5.365	19.677
	2.428	4.459	230.228	175.876
	7.197	30.932	—	—
<b>Total</b>	<b>9.625</b>	<b>41.452</b>	<b>239.119</b>	<b>198.387</b>

O saldo de fornecedores de Encargos de uso do sistema de transmissão, Materiais e serviços e Suprimento de energia elétrica, possuem em média três meses para serem pagos, em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### 15. PROVISÕES PARA GASTOS AMBIENTAIS

As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

### Movimentação da provisão para compensações ambientais

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>30.591</b>	<b>32.933</b>
Realização	(3.607)	(1.869)
Adições	(1.424)	(1.466)
Atualização	439	823
<b>Saldo final</b>	<b>25.999</b>	<b>30.591</b>
Circulante	8.697	7.475
Não circulante	17.302	23.116

### 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Controladora não possui empréstimos e financiamentos, as principais características e o saldo de empréstimos e financiamentos das controladas é composto da seguinte forma:

Financiadores	Empresas	Data da contratação	Vencimento	(Moeda) Principal contratado	Indexador	Encargos financeiros a.a. Juros (%)	Periodicidade da amortização (Principal/Juros)	Consolidado					
								31/12/2022		31/12/2021			
								Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total		
<b>Moeda nacional</b>													
<b>Operacionais</b>													
BNDES - A - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	44.700	TJLP	2,44	Mensal	—	40	11.344	11.384	14.457	
BNDES - B - nº 11.2.1030.1	ETEM	dez/11	abr/26	2.100	TJLP	2,04	Mensal	—	2	369	371	707	
BNDES - A - nº 12.2.1390.1	FGE	abr/31	abr/31	198.420	TJLP	2,34	Mensal	(1.989)	483	135.512	134.006	151.152	
BNDES - B - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	78.540	TJLP	2,34	Mensal	—	191	53.635	53.826	59.825	
BNDES - C - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	9.500	TJLP	2,34	Mensal	—	22	6.051	6.073	6.750	
BNDES - D - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	dez/22	181.850	—	2,50	Mensal	—	—	—	—	5.508	
BNDES - E - nº 12.2.1390.1	FGE	dez/12	abr/31	2.300	—	—	Mensal	—	—	—	—	3.736	
BNDES - nº 08.2.0071.1	Ijuí	abr/08	set/27	168.200	TJLP	3,17	Mensal	—	277	70.991	71.268	85.613	
BNDES - nº 08.2.0976.1	Lavrinhas	mar/09	abr/25	111.185	TJLP	1,93	Mensal	—	76	22.425	22.501	31.899	
BNDES - nº 10.2.0477.1	Lavrinhas	ago/10	abr/25	16.875	TJLP	2,22	Mensal	—	11	3.045	3.056	4.333	
BNDES - nº 08.2.0975.1	Queluz	mar/09	jan/25	114.647	TJLP	1,93	Mensal	—	69	20.333	20.402	29.965	
BNDES - nº 10.2.0478.1	Queluz	ago/10	jan/25	27.716	TJLP	2,22	Mensal	—	16	4.452	4.468	6.561	
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV I	mar/16	out/32	57.990	TJLP	2,18	Mensal	(52)	155	47.308	47.411	50.096	
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	abr/16	out/32	41.042	TJLP	1,68+1,99	Mensal	(112)	26	14.657	14.683	15.237	
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV II	mar/16	out/32	32.220	TJLP	2,18	Mensal	(33)	88	26.704	26.759	28.273	
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV II	dez/19	out/32	4.850	IPCA	1,68+1,99	Mensal	—	14	8.367	8.381	8.699	
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV III	mar/16	out/32	49.007	TJLP	2,18	Mensal	(38)	134	40.819	40.915	43.232	
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV III	dez/19	out/32	9.067	IPCA	1,68+1,99	Mensal	—	18	10.363	10.381	10.774	
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV IV	mar/16	out/32	81.041	TJLP	2,18	Mensal	(45)	205	62.625	62.785	66.343	
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV IV	dez/19	out/32	7.857	IPCA	1,68+1,99	Mensal	—	20	11.472	11.492	11.925	
BNDES - nº 15.2.0778.1	EDV V	mar/16	out/32	11.145	IPCA	4,15	Mensal	(43)	112	34.227	34.296	36.233	
BNDES - nº 19.2.0598.1	EDV X	dez/19	out/32	11.206	IPCA	1,68+1,99	Mensal	—	23	12.854	12.877	13.363	
BDMG (FINAME PSI) - nº 177906	Transiapé	dez/13	jan/24	19.761	—	3,50	Mensal	—	4	2.581	2.585	4.971	
BDMG (FINEM) - nº 193.292	Transiapé	out/14	out/29	5.893	TJLP	3,50	Mensal	—	147	2.876	3.023	3.439	
BDMG - nº 215.411/16	Transiapé	abr/16	abr/26	4.000	—	6,00	Mensal	—	122	1.807	1.929	2.488	
BDMG - nº 127.315	Transleste	mar/05	mar/25	47.029	—	9,50	Mensal	—	28	5.332	5.360	7.835	
BNB - nº 05974828-A	Transleste	mar/05	mar/25	15.000	—	9,50	Mensal	—	125	1.525	1.650	2.384	
Santander - CCC	Santander - CCC	mai/20	mai/20	200.000	CDI	3,30	Único no final	—	—	—	—	222.456	
Santander - CCB	ETEP	jul/25	jul/25	90.000	CDI	2,90	Mensal	(302)	1.148	91.835	92.681	92.211	
Santander - CCB	ECTE	jul/20	jul/25	80.000	CDI	2,90	Mensal	(302)	846	67.682	68.226	77.927	
Santander - CCB	ENTE	jul/20	jul/25	100.000	CDI	2,90	Mensal	(335)	1.276	102.039	102.980	102.457	
Itaú Unibanco S.A. - CCC	ETES	set/20	set/23	10.000	CDI	2,68	Semestral	—	418	10.000	10.418	10.842	
Itaú Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	(714)	1.289	96.373	96.948	—	
Itaú Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	out/20	out/23	(COP) 121.000	IBR(**)	4,37	Mensal	—	—	—	—	—	
Itaú Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	jun/20	jun/20	(COP) 163.657	IBR(**)	24,05	Mensal	—	—	45	45	—	
<b>Pré - Operacionais</b>													
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	abr/22	out/23	(COP) 15.000.000	IBR(**)	3,45	Mensal	—	13	16.170	16.183	—	
Banco BTG Pactual Colombia	Alupar Colômbia	jul/22	out/23	(COP) 4.215.000	IBR(**)	4,55	Mensal	—	18	4.544	4.562	—	
Itaú Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 134.970	IBR(**)	5,07	Mensal	—	—	106	106	—	
Itaú Corpbanca Colombia - Leasing	TCE	abr/22	abr/24	(COP) 89.980	IBR(**)	5,07	Mensal	—	—	70	70	—	
<b>Subtotal</b>													
Circulante									(3.853)	7.421	1.002.332	1.005.900	1.209.746
Não circulante									(1.211)	7.421	192.927	199.137	336.651
<b>Moeda estrangeira</b>									(2.642)	—	809.405	806.763	874.085
<b>Operacionais</b>													
Itaú Corpbanca Colombia	Risaralda	mai/18	mai/25	(COP) 120.000.000	IBR(**)	4,43	Trimestral	—	—	—	—	136.985	
Itaú Corpbanca Colombia - Leasing	Risaralda	out/20	out/23	(COP) 121.000	IBR(**)	4,37	Mensal	—	—	—	—	121	
Itaú Corpbanca Colombia	Risaralda	jun/20	jun/20	(COP) 163.657	IBR(**)	24,05	Mensal	—	—	—	—	181	
Itaú Corpbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	set/17	(USD) 18.000	—	4,15	Anual/Semestral	—	—	—	—	101.196	
Santander Brasil	Alupar Perú	dez/21	dez/24	(USD) 35.000	—	3,66	Anual	—	—	95.111	95.111	101.196	
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	(USD) 10.000	Libor (*)	até 5 anos 5,00, após 10,27%	Semestral	—	—	—	—	49.258	
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	(USD) 35.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70, após 5,70	Semestral	—	—	—	—	171.823	
Corporacion Andina de Fomento (CAF)	La Virgen	mar/17	mar/32	(USD) 10.000	Libor (*)	até 5 anos 3,90, após 5,70	Semestral	—	—	—	—	24.560	
Banco Deutsche Investitions	La Virgen	mar/17	mar/32	(USD) 5.000	Libor (*)	até 5 anos 3,70, após 4,50	Semestral	—	—	—	—	150.224	
BTG Chile	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 55.000	SOFR 3M	3,45	Trimestral	—	—	285.070	285.070	—	
BTG Caiman	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 35.000	SOFR 3M	3,45	Trimestral	—	—	181.408	181.408	—	
<b>Pré - Operacionais</b>													
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	nov/20	nov/23	(USD) 11.000	—	3,40	Anual	—	237	57.039	57.276	60.404	
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	jan/21	nov/23	(USD) 7.000	—	3,40	Anual	—	1.183	36.298	37.481	39.539	
Santander Luxemburgo	TCE	abr/21	ago/22	(USD) 45.000	—	2,45	Único no final/Mensal	—	—	—	—	247.177	
MUFG BANK	TCE	jul/22	jul/27	(USD) 63.980	SOFR 6M	até 1 ano 2,40, após 2,65	Gradual/Semestral	(48.180)	9.917	464.197	425.934	—	
Banco Citibank	EAP I	jun/22	dez/23	(USD) 20.293	—	1,93	Único no final/Semestral	—	156	105.897	106.053	—	
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP I	jun/22	dez/23	Nocional 104.308	—	0,98	Único no final	—	—	—	—	—	
Banco Citibank	EAP II	jun/22	dez/23	(USD) 27.707	—	1,93	Único no final/Semestral	—	213	144.585	144.798	—	
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP II	jun/22	dez/23	Nocional 142.412	—	0,98	Único no final	—	—	(1.837)	(1.837)	—	
<b>Subtotal</b>									(48.180)	11.706	1.550.192	1.513.718	1.177.847
Circulante									2.735	11.706	439.840	454.281	298.753
Não circulante									(50.915)	—	1.110.352	1.059.437	879.094
<b>Total</b>									(52.033)	19.127	2.552.524	2.519.618	2.387.593
Circulante									1.524	19.127	632.767	634.418	434.418
Não circulante									(53.557)	—	1.919.757	1.886.200	1.753.179

(\*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por muitos bancos que operam no mercado londrino.

(\*\*) Indicador Bancário de Referência (IBR) utilizada na Colômbia. A taxa do IBR é mensal(a) Contrato de SWAP para proteção da variação cambial do empréstimo, que consiste na troca do risco do câmbio e flutuação da SOFR pela taxa de juros do CDI mais spread.

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações de titularidade da Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos. A Administração da

\*continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia, suas controladas e a sua controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos nas escrituras das debêntures. Para as debêntures emitidas pela Companhia, realizam-se as apurações trimestralmente conforme os seguintes índices: • Controladora - Dívida Líquida (Dividendos + JCP Recebidos + EBTTDA) e (Dividendos + JCP Recebidos + EBTTDA)/Despesa Financeira Líquida; e • Consolidado - Dívida Líquida/EBTTDA Ajustado/EBTTDA Despesa Financeira Líquida e Dívida Bruta (Dívida Bruta + Patrimônio Líquido + Participação Acionistas não Controladores). Para as debêntures emitidas pelas controladas da Companhia os índices financeiros apurados relacionam-se ao EBTTDA, tal como o índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("CSD"), e Índice de Capital Próprio ("ICP") que são calculados anualmente, com exceção do contrato de debêntures da controlada Ferreira Gomes, o qual é apurado trimestralmente. O não cumprimento das cláusulas restritivas mencionadas acima acarreta o vencimento antecipado das debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todas as cláusulas restritivas foram atendidas, e estes índices, estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia e suas controladas. As debêntures da Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	659.536	816.841	7.660.163	6.456.006
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	26.190	12.916	926.553	835.354
Provisão de encargos	61.374	33.509	96.114	94.553
Varição monetária	—	(168.278)	(182.886)	(410.032)
Amortização do principal	(80.274)	(35.452)	(600.330)	(314.077)
Amortização do encargos	666.826	659.536	9.116.488	7.660.163
Saldo final	666.826	659.536	9.116.488	7.660.163

	31/12/2022						
	Controladora				Após 2028		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
Parcelas vencíveis por indexador	19.263	324.250	324.250	—	—	—	667.763
CDI	(965)	(337)	(235)	—	—	—	(937)
(-) Custos a amortizar	18.898	323.913	324.015	—	—	—	666.826

	31/12/2022						
	Controladora				Após 2028		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
Parcelas vencíveis por indexador	157.376	989.175	1.038.550	559.485	530.000	300.000	3.574.586
IPCA	358.771	477.007	755.449	457.450	475.201	1.643.945	5.673.658
(-) Custos a amortizar	(18.536)	(17.772)	(17.026)	(15.206)	(12.650)	(12.223)	(131.756)
Saldo final	497.611	1.448.410	1.776.973	1.001.729	992.551	1.931.722	1.467.492

### 21. PASSIVO CONTRATUAL COM CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$116.330 (R\$12.645 em 31 de dezembro de 2021, registrados em Outras obrigações não circulante) corresponde a receita antecipada, que foi laturada e recebida pela controlada Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ("TCE"), em fase de construção e localizada na Colômbia, referente aos valores proporcionais do Ingresso Anual Esperado, equivalente a RAP no Brasil, a qual a TCE passou a ter direito a partir de dezembro de 2021, conforme Resolução CREG nº 015 de 2017. Considerando que a obrigação de desempenho de operar e manter o sistema de transmissão de energia não foi cumprido até o momento, os valores mensais faturados, estão sendo reconhecidos como Passivo de contrato no passivo não circulante. Esse reconhecimento representa a obrigação da TCE em cumprir com seus compromissos contratuais. O montante do Passivo de contrato que foi sendo registrado até a entrada em operação comercial da TCE prevista para julho de 2023, será após isso, reconhecido no resultado do exercício de forma linear até o prazo remanescente do contrato, cuja duração total é de 25 anos, contados a partir de 1º de dezembro de 2021, a medida que as condições de reconhecimento de receita foram sendo atendidas.

### 22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) A Administração da Companhia e suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Processos judiciais</b>				
Tributário	—	—	1.706	5.008
Cível	—	6	5.108	1.180
Fundiário	—	—	—	2.740
Trabalhista	1.877	1.645	3.266	2.993
<b>Processos administrativos</b>				
Regulatório (ANEEL)	—	—	—	205
Circulante	1.877	1.651	10.432	6.152
Não circulante	1.877	1.651	15.854	15.478

b) Movimentação da provisão para contingências:

	31/12/2021		31/12/2022	
	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2022
Cível	6	17	(23)	—
Trabalhista	1.645	4.372	(4.140)	1.877
	1.651	4.389	(4.163)	1.877

	31/12/2020		31/12/2021	
	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2021
Cível	6	—	—	6
Trabalhista	5.108	—	(4.598)	1.645
	5.114	—	(4.598)	1.651

	31/12/2021		31/12/2022	
	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2022
Tributário	1.706	158	(74)	1.790
Cível	1.180	23	(20)	1.180
Trabalhista	3.266	779	(4.504)	(232)
	6.152	4.948	(5.121)	10.432

	31/12/2020		31/12/2021	
	Ingressos	Atualizações	Reversão	31/12/2021
Tributário	1.477	—	—	1.706
Cível	8.537	241	8	(7.606)
Trabalhista	8.448	106	1.239	(6.518)
	18.462	347	1.476	(9)

Em 31 de dezembro de 2022, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes principais assuntos: **Tributário:** As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão. **Cível:** As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de serviços adicionais, originários de contratos de empreitada total, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados. **Trabalhista:** A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade etc. relacionados a ex-colaboradores. **c) Contingências passivas - risco de perda possível:** A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. Em 31 de dezembro de 2022, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
<b>Processos judiciais</b>				
Tributário	55	45.437	49	46.103
Cível, Ambiental e Fundiário	59	345.561	56	304.800
Trabalhista	63	8.057	81	8.613
Regulatório	11	648	—	—
	188	399.703	192	359.718

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada de nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$10.000 para as demandas vinculadas à Companhia e R\$5.000 para as demandas vinculadas às suas controladas e/ou sejam significativas para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. Resumo dos principais processos com risco de perda possível: **i) Tributário:** • Execução Fiscal nº 08094733820178230010 - em face da controlada em conjunto Transnorte Energia S.A. (TNE), em trâmite perante a 2ª Vara da Fazenda Pública de Boa Vista. Trata-se de ação ajuizada para fins de cobrança de diferencial de alíquota de ICMS, referente ao período de 06/2014 a 11/2014 (Convênio CONFAZ nº 143/2012 e Decreto nº 14.982/2013), inicialmente apurado no Auto de Infração nº 492/2015, cujo valor em risco aproximado é de R\$20.203 (R\$18.532 em 31 de dezembro de 2021); • Processo Administrativo nº 10480729854201815 - em face da controlada Sistema de Transmissão do Nordeste S.A. (STN), em trâmite perante a Delegacia da Receita Federal de Recife/PE. Trata-se de lançamento de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas financeiras com o pagamento de juros relativos às debêntures emitidas. O valor em risco aproximado é de R\$15.267 (R\$14.962 em 31 de dezembro de 2021); • Processo Administrativo nº 15746720203202021 - em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., trata-se de cobrança de valor de infração lavrada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS. O valor em risco aproximado é de R\$10.650 (R\$9.500 em 31 de dezembro de 2021). **ii) Ambiental e Cível:** • Auto de Infração Ambiental nº 014689-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$96.140 (R\$81.004 em 31 de dezembro de 2021); A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC 2), no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. • Auto de Infração Ambiental nº 013596-A - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente. O valor em risco aproximado é de R\$78.422 (R\$66.075 em 31 de dezembro de 2021); A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. firmou em setembro de 2015, Termo de Ajustamento de Conduta, no qual suspendeu o procedimento administrativo em curso no IMAP até o seu integral cumprimento. Ao final, cumpridas as obrigações assumidas, o procedimento será extinto. • Ação de Execução nº 00020267420198030006 - proposta pelo Ministério Público Estadual contra a controlada Ferreira Gomes, por suposto descumprimento da Cláusula 2.9, alíneas "f" e "g" do TAC homologado nos autos da Ação Civil Pública nº 001385-48.2016.8.03.00006. O valor em risco aproximado é de R\$18.806 (R\$16.387 em 31 de dezembro de 2021); • Execução de Título Extrajudicial nº 000238282020194013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC. A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco aproximado é de R\$161. • Execução de Título Extrajudicial nº 00046894420184013100 - trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., fundada no suposto inadimplemento dos itens "c", "f" e "g" da Cláusula 2.9 do TAC 2 (obrigação de fazer). A Companhia apresentou embargos à execução. O valor em risco não pode ser estimado. • Auto de Infração Ambiental nº 016154 - lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$17.772 (R\$13.290 em 31 de dezembro de 2021); • Auto de Infração Ambiental nº 016158 - lavrado em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá - IMAP, por ter a empresa, supostamente, ter descumprido ou cumprido parcialmente uma série de condicionantes da Licença de Operação nº 317/2014. O valor em risco aproximado é de R\$6.759 (R\$5.695 em 31 de dezembro de 2021); • Auto de Infração Ambiental nº 41971 - lavrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., por ter a empresa, supostamente, contribuído para a poluição do Rio Araguari por lançamento de efluentes fora dos padrões exigidos. O valor em risco aproximado é de R\$6.146; • Ação Civil Pública nº 00099563820104013100 - proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Anel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco não pode ser estimado; • Ação Civil Pública nº 00103807020164013100 (antigo nº 00013863320168030006) - proposta pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da controlada Ferreira Gomes Energia S.A. e outros com objetivo de compelir os réus a promoverem a reparação integral de todos os danos ambientais causados no Município de Ferreira Gomes/AP, em decorrência de enchente causada por terceiros, assim como adotarem medidas para minimizar os efeitos deletérios relacionados a evento. A presente ação encontra-se suspensa em decorrência da Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006, tendo como objeto a produção antecipada de provas requerida pelo MP. A ação cautelar está em fase de recurso de apelação. Em decorrência do evento, o MPE proveu uma Ação Penal nº 00002968220198030006 em face da FGE e demais empresas, visando a apuração de eventual ocorrência de crimes ambientais de destruição/danificação de floresta considerada de preservação permanente. A referida ação está em fase de resposta à acusação. O valor em risco não pode ser estimado; • Ação Civil Pública nº 10300145020214013200 - proposta pelo Ministério Público Federal em face controlada em conjunto Transnorte Energia S.A., para preservação de direitos indígenas supostamente ofendidos. Além desta ação, outras duas ações civis públicas (nº 00184082320134013200 e nº 00180326620154013200) foram propostas pelo Ministério Público Federal buscando a anulação dos atos de licenciamento ambiental do Empreendimento, do Contrato de Concessão e do Edital que o lastreou, tendo como motivo suposta ofensa a direitos indígenas. Em razão de autocomposição homologada no âmbito das três ações civis públicas em 22 de setembro de 2022, as ações nº 00184082320134013200 e nº 00180326620154013200 já foram baixadas definitivamente, enquanto a ação nº 10300145020214013200 o será em breve, já tendo o MPF requerido desistência desta ação; • Ação Ordinária nº 5013784-57.2020.8.13.0105 - proposta pelo proprietário das terras, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Governador Valadares. Trata-se de ação interposta em face da controlada TPE - Transmissora Paraíso de Energia S.A., que visa a Revogação de Liminar de Imissão Provisória nas Posse, Danos Morais, Ambientais e Lucros Cessantes, vinculada à Ação de Instituição de Serviço Administrativo nº 5007124-24.2019.8.13.0105. O valor em risco aproximado é de R\$23.246 (R\$20.743 em 31 de dezembro de 2021); • Auto de Infração Ambiental nº 9073335-E (02001.003498/2015-72) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), por ter a TNE, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Instalação. O valor em risco aproximado é de R\$9.683 (R\$2.649 em 31 de dezembro de 2021); • Auto de Infração Ambiental nº 9102835-E (02001.003494/2015-84) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), por ter a TNE, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Autorização de Supressão de Vegetação. O valor em risco aproximado é de R\$6.648 (R\$1.805 em 31 de dezembro de 2021); • Auto de Infração Ambiental nº 9137296-E (02553.000294/2018-86) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), por ter a TNE, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstas na Licença de Instalação. O valor em risco aproximado é de R\$7.563 (R\$3.389 em 31 de dezembro de 2021); • Auto de Infração Ambiental nº 317225 (02553.000295/2018-21) - lavrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em face da controlada Transnorte Energia S.A. (TNE), por ter a TNE, supostamente, descumprido condicionantes ambientais previstos na Licença de Operação. O valor em risco aproximado é de R\$3.526 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2021); e • Acções JEC - Evento "opagador 2020"; trata-se de 2.395 ações de indenização por danos morais ajuizadas contra a União Federal, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e diversas Companhias do Setor Elétrico, incluindo a controlada Ferreira Gomes Energia S.A., em decorrência de seu suposto envolvimento no "apagão" ocorrido no Estado do Amapá em novembro de 2020. O valor em risco aproximado é de R\$73.377. **iii) Regulatória:** • Ação proposta por controladas da Companhia - CNPE nº 03 - Acções Ordinárias com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400 e nº 0003995-79.2016.4.01.3400 - propostas pela Companhia e pelas controladas Ferreira Gomes Energia S.A., ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos III S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos V S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetiva a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente a Companhia e suas controladas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia e suas controladas, caso a liminar não seja mantida, é o montante aproximado de R\$287 (R\$295 em 31 de dezembro de 2021). **iv) Arbitragem:** • Procedimento Arbitral: instaurado em face da ETP para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco não pode ser estimado; • Ação Civil Pública: • Procedimento Arbitral: instaurado em face da controlada ETC para dirimir controvérsia decorrente do contrato vinculado a implantação do empreendimento. O valor em risco aproximado é de R\$12.307 (R\$11.432 em 31 de dezembro de 2021); e • Procedimento Arbitral: instaurado pela Transnorte Energia S.A. (TNE), com o objetivo de determinar o valor do reequilíbrio econômico-financeiro integral do Contrato de Concessão nº 003/2012 - ANEEL. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, exceto por aquelas que, no entendimento da Administração, são importantes para os negócios da Companhia e suas controladas, descritas abaixo: **i) Arbitragem:** • Processos Arbitrais: as controladas Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. e Usina Paulista Queluz de Energia S.A. celebraram contratos de fornecimento de energia distintos, por meio dos quais estas deveriam fornecer, certas quantidades de energia por mês. Tais contratos foram cedidos parcialmente a terceiros, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Lavrinhas e Queluz ingressaram com ações de execução contra as empresas cedentes e ascessionárias, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais. Tendo vista que os contratos de fornecimento de energia possuem cláusula arbitral, as cedentes, para poder apresentar seus embargos de dever, instauraram procedimentos arbitrais, requerendo o reequilíbrio dos contratos ou as suas resoluções para todos os fins. Neste sentido, embora a Lavrinhas e Queluz figurem no polo passivo destas arbitragens, elas também são as credoras dos contratos de fornecimento de energia, sendo certo que a chance de perda destas arbitragens é apontada por nossos advogados como remota. Não há valor em risco calculável nesse estágio do processo.

### 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital autorizado:** Nos termos do artigo 8º do seu Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, até o limite de 1.000.000 (Um milhão) de ações. Compete, igualmente, ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. Os acionistas da Companhia possuem direito de preferência para subscrição de novas ações, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cujo prazo para exercício será de 30 (trinta) dias. **b) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social da Companhia, subscrito e integralizado, era no valor total de R\$2.981.996, e estava representado por 596.955.970 ações ordinárias e 282.155.299 ações preferenciais, conforme segue abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Ordinárias</b>	596.955.970	100,00	282.155.299	100,00	879.111.269	100,00
<b>Preferenciais</b>	—	—	—	—	—	—

**Acionistas**  
Controladores  
Outros (free float)  
**Total das ações**  
**c) Reserva de Lucros:** c.1) Reserva legal no valor de R\$331.483 em 31 de dezembro de 2022 (R\$285.560 em 31 de dezembro de 2021); de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. c.2) Reserva de investimentos no valor de R\$3.259.780 em 31 de dezembro de 2022 (R\$2.605.373 em 31 de dezembro de 2021); os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva de investimentos à disposição da Assembleia, para sua destinação. c.3) Reserva de lucros a realizar no valor de R\$387.571 em 31 de dezembro de 2022 (R\$591.409 em 31 de dezembro de 2021); refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório que excede a parcela realizada do lucro líquido dos exercícios de 2020, 2021 e 2022, conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado, caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores, a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos. **Excesso de Reserva de Lucros:** A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2022 excesso de reserva de lucros no valor de R\$691.458. O Estatuto Social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social. Portanto a destinação de tal excesso será deliberada pelos acionistas na próxima Assembleia Geral que está prevista para 17 de abril de 2023. d) Reserva de capital: As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, conforme segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Ganho (perda) em transação de capital</b>				
EATE	86.821	86.821	—	—
ECTE	(3.915)	(3.915)	—	—
APAEET	4.643	4.643	—	—
Lavrinas	(4.747)	(4.747)	—	—
Queluz	(3.000)	(3.000)	—	—
Foz	(50.853)	(50.853)	—	—
TME	(27.823)	(27.823)	—	—
TCC	79.610	79.610	—	—
TPE	109.843	—	—	—
TSM	33.088	—	—	—
Ijuí	(207.224)	—	—	—
	16.443	80.736	—	—

**Reserva para reinvestimento**  
ENTE  
ETEP  
**Outros resultados abrangentes:** Referem-se ao ganho e perda na conversão das informações financeiras das controladas domiciliadas no exterior, Resultado de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes e Hedge de fluxo de caixa de instrumentos financeiros designados como *Hedge accounting*, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Saldo no início do exercício</b>	70.865	85.453	67.735	85.155
<b>Diferenças cambiais decorrentes da conversão dos ativos líquidos no exterior (i)</b>				

\*continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Exercício findo em					31/12/2021				
	31/12/2022		Despesas			31/12/2022		Despesas		
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Despesas Gerais e administrativas	Outras	Total	Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Despesas Gerais e administrativas	Outras	Total	
Pessoal	(98.068)	(9.433)	(54.826)	—	(162.327)	(84.852)	(23.019)	(40.038)	—	(147.909)
Honorários da administração	—	—	(32.233)	—	(32.233)	—	—	(31.454)	—	(31.454)
Materiais	(18.161)	(102.823)	(1.750)	—	(122.734)	(20.305)	(23.684)	(1.695)	—	(45.684)
Serviços de terceiros	(91.652)	(71.982)	(42.727)	—	(206.361)	(68.815)	(695.746)	(49.674)	—	(814.235)
Depreciação e amortização	(141.740)	—	(7.842)	—	(149.582)	(134.496)	—	(5.067)	—	(139.563)
Provisões	(907)	(2.316)	(133)	—	(3.356)	922	(1.989)	3.357	—	2.290
Aluguéis	(9.460)	(279)	(2.105)	—	(11.844)	(6.677)	(1.149)	(773)	—	(8.899)
Seguros	(22.090)	(1.060)	(1.493)	—	(24.643)	(20.036)	(695)	(440)	—	(21.171)
Doações e contribuições	(1.040)	—	(4.831)	—	(5.871)	(875)	—	(4.654)	—	(5.529)
Tributos e taxas	(8.676)	(12.148)	(4.900)	—	(25.724)	(2.907)	(2.165)	(1.644)	—	(6.716)
Outros	(5.116)	(3.101)	(1.122)	(838)	(10.177)	(805)	(184.893)	(1.812)	(1.800)	(189.310)
Recuperação de custos - GSF	—	—	—	—	—	62.753	—	—	—	62.753
Perda na revisão tarifária	—	—	—	(201.724)	(201.724)	—	—	—	(10.035)	(10.035)
<b>Total</b>	<b>(396.910)</b>	<b>(203.142)</b>	<b>(153.962)</b>	<b>(202.562)</b>	<b>(956.576)</b>	<b>(276.383)</b>	<b>(933.340)</b>	<b>(133.894)</b>	<b>(11.835)</b>	<b>(1.355.452)</b>

O valor de "Outros" em Custo de infraestrutura refere-se a basicamente custo de dívida considerado como custo de infraestrutura, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

28. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora				Consolidado			
	Exercício findo em		Exercício findo em		Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>								
Receita de aplicações financeiras	71.688	24.638	225.525	70.956	—	—	—	—
Atualização monetária	2.770	1.017	12.434	28.803	—	—	—	—
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	9.691	—	9.691	—	—	—	—	—
Outras receitas com partes relacionadas (nota 30)	166	48.582	—	—	—	—	—	—
Outras receitas financeiras	58	3.891	6.250	8.064	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>84.373</b>	<b>78.128</b>	<b>253.900</b>	<b>107.823</b>				
<b>Despesas financeiras</b>								
Encargos financeiros sobre dívida	(87.564)	(46.425)	(1.173.137)	(873.426)	—	—	—	—
Ganho (perda) na variação cambial	(163)	11	(7.541)	(96.231)	—	—	—	—
Atualização monetária	—	—	(9.300)	(27.919)	—	—	—	—
Juros sobre arrendamentos	(131)	(74)	(7.693)	(11.298)	—	—	—	—
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(4.306)	—	(4.306)	—	—	—	—	—
Despesas bancárias	(1.007)	(1.048)	(16.671)	(3.205)	—	—	—	—
Outras despesas financeiras	(460)	(614)	(1.378)	(11.289)	—	—	—	—
<b>Total</b>	<b>(93.631)</b>	<b>(48.150)</b>	<b>(1.220.026)</b>	<b>(1.023.368)</b>				
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(9.258)</b>	<b>29.978</b>	<b>(966.126)</b>	<b>(915.545)</b>				

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social corrente registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	45.376	27.464	78.568	49.603
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.604	1.242	11.969	5.170
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	—	28.305	13.783
<b>Total de imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>	<b>46.980</b>	<b>28.706</b>	<b>118.842</b>	<b>68.556</b>
Circulante	46.980	28.706	115.655	65.067
Não circulante	—	—	3.187	3.489

Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ  
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL  
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF  
**Total de imposto de renda e contribuição social compensáveis**  
Circulante  
Não circulante

Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ  
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL  
**Total de imposto de renda e contribuição social a pagar**

b) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido - ativo	5.716	—	49.389	24.826
Contribuição social diferida - ativo	1.800	—	50.806	40.727
<b>Total de imposto de renda e contribuição social a pagar</b>	<b>7.516</b>	<b>—</b>	<b>100.195</b>	<b>65.553</b>

c) Composição do saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos registrados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda diferido - ativo	44.020	16.708	—	—
Contribuição social diferida - ativo	9.252	3.499	—	—
<b>Total</b>	<b>53.272</b>	<b>20.207</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Imposto de renda diferido - passivo	1.873.326	1.811.556	—	—
Contribuição social diferida - passivo	827.202	760.424	—	—
<b>Total</b>	<b>2.700.528</b>	<b>2.571.980</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

As empresas de lucro real com impacto pela lei 12.973: EBTE, EATE, ETEP, ECTE, ENTE, ETES, ETEM, STN, ELTE, TME e ETVG. As empresas EBTE, FOZ, FGE, ELTE e Verde 8 possuem ativo diferido referente a constituição do prejuízo fiscal. Detalhamento da origem do IR/CS diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	53.272	20.207	9.189	(1.300)
Contrato de concessão	(2.717.159)	(2.568.752)	(121.272)	(603.068)
Diferimento de receita para órgãos públicos	(3.131)	(3.228)	(3.131)	(3.228)
Direito de extensão da outorga	—	—	—	(23.304)
Lucro não realizado	19.762	—	19.762	—
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>(2.647.256)</b>	<b>(2,551,773)</b>	<b>(95,452)</b>	<b>(630,900)</b>

**Creditos fiscais a compensar:** Conforme preceito o pronunciamento CPC 32/IAS 12, um ativo ou passivo fiscal diferido deve ser reconhecido sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, respectivamente. Uma diferença temporária é a diferença entre o valor contábil do ativo ou passivo nas informações contábeis intermediárias e a sua base para fins de tributação. Esse pronunciamento também requer a contabilização de um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que serão gerados lucros tributáveis futuros para possibilitar a compensação desse ativo fiscal diferido. Em 31 de dezembro de 2022, a Alupar acumula prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, conforme abaixo. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não apresentaram base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos.

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal	623.993	633.833	633.833	633.833
Base negativa de contribuição social	654.612	663.183	663.183	663.183

c) A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais	(95,952)	(95,952)	(95,952)	(95,952)
<b>Total</b>	<b>(23,576)</b>	<b>(23,576)</b>	<b>(23,576)</b>	<b>(23,576)</b>

a) Composição dos tributos no resultado:  
Imposto de renda e contribuição social correntes  
Imposto de renda e contribuição social diferidos  
**Total**

b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:  
**Resultado antes dos tributos**  
Alíquota nominal  
Expectativa de despesa com tributos às alíquotas nominais  
**Conciliação para a despesa reconhecida no resultado:**

	Referente Ano Fiscal 2022		Regime de tributação
	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	
	Incentivo fiscal ICMS até:	Incentivo fiscal ICMS até:	
Empresas			
Controladas			
Alupar Peru	Não aplicável	—	(***)
Transminas	9,25%	—	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	—	(***)
Foz (**)	9,25%	—	Lucro Real
Ijuí	3,65%	—	Lucro Presumido
Lavrinhas (**)	9,25%	—	Lucro Real
Queluz (**)	9,25%	—	Lucro Real
Ferreira Gomes (**)	9,25%	2026	Lucro Real
GET	9,25%	—	Lucro Real
Risaralda	Não aplicável	—	(***)
Alupar Colombia	Não aplicável	—	(***)
Verde 8 (**)	9,25%	—	Lucro Real
Agua Limpá	9,25%	—	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	—	(***)
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNJ 9,25%	2023	Lucro Real
STN	9,25%	2025	Lucro Real
ETES	9,25%	2030	Lucro Real
ETEP (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNJ 9,25%	2025	Lucro Real
ENTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNJ 9,25%	2025	Lucro Real
ERTE (*)	9,25%	2024	Lucro Real
ECTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNJ 9,25%	2024	Lucro Real
ETEM	9,25%	2024	Lucro Real
ETVG	9,25%	2024	Lucro Real
ELTE	9,25%	2020	Lucro Real
Lumitrans	3,65%	—	Lucro Presumido
STC	3,65%	—	Lucro Presumido
ACE	9,25%	—	Lucro Real
AF	9,25%	—	Lucro Real
Windepar	9,25%	—	Lucro Real
ETAP	9,25%	2029	Lucro Real
ETC	3,65%	—	Lucro Presumido
ETP	9,25%	2022	2031
TPE	9,25%	2022	2031
TSM	9,25%	2022	—
UFV Pitombeira	9,25%	—	Lucro Real
AETE	3,65%	—	Lucro Presumido
EBTE	9,25%	2030	Lucro Real
Translete	3,65%	—	Lucro Presumido
Transudeste	3,65%	—	Lucro Presumido
Transirapé	3,65%	—	Lucro Presumido
ESDE	3,65%	—	Lucro Presumido
ETSE	3,65%	—	Lucro Presumido
ESTE	9,25%	2032	Lucro Real
EDV I	3,65%	—	Lucro Presumido
EDV II	3,65%	—	Lucro Presumido
EDV III	3,65%	—	Lucro Presumido
EDV IV	3,65%	—	Lucro Presumido
EDV X	3,65%	—	Lucro Presumido
TCE	Não aplicável	—	(***)
EDTE	9,25%	2029	Lucro Real
TME	9,25%	2024	Lucro Real
ETB	9,25%	2022	2030
EAP I	3,65%	2022	—
EAP II	3,65%	2022	—
EAP III	9,25%	—	Lucro Real
EAP IV	9,25%	—	Lucro Real
EAP V	9,25%	—	Lucro Real
EAP VI	9,25%	—	Lucro Real
EAP VII	9,25%	—	Lucro Real
Iracema	9,25%	—	Lucro Real

**Despesa de imposto de renda e contribuição social**  
c) Alíquota efetiva

(\*) Incentivos fiscais federais que garantem a redução de 75% do imposto de renda na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). d) A abertura por Empresa referente ao regime de apuração do imposto de renda e contribuição social, incluindo as alíquotas de PIS/COFINS das controladas é como segue:

	Referente Ano Fiscal 2022			
	Alíquota de PIS e COFINS	Incentivo fiscal REIDI até:	Incentivo fiscal SUDAM/SUDENE até:	Incentivo fiscal ICMS até:
Empresas				
Controladas				
Alupar Peru	Não aplicável	—	—	(***)
Transminas	9,25%	—	—	Lucro Real
Alupar Chile	Não aplicável	—	—	(***)
Foz (**)	9,25%	—	—	Lucro Real
Ijuí	3,65%	—	—	Lucro Presumido
Lavrinhas (**)	9,25%	—	—	Lucro Real
Queluz (**)	9,25%	—	—	Lucro Real
Ferreira Gomes (**)	9,25%	2026	—	Lucro Real
GET	9,25%	—	—	Lucro Real
Risaralda	Não aplicável	—	—	(***)
Alupar Colombia	Não aplicável	—	—	(***)
Verde 8 (**)	9,25%	—	—	Lucro Real
Agua Limpá	9,25%	—	—	Lucro Real
La Virgen	Não aplicável	—	—	(***)
EATE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNJ 9,25%	2023	—	Lucro Real
STN	9,25%	2025	—	Lucro Real
ETES	9,25%	2030	—	Lucro Real
ETEP (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNJ 9,25%	2025	—	Lucro Real
ENTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNJ 9,25%	2025	—	Lucro Real
ERTE (*)	9,25%	2024	—	Lucro Real
ECTE (*)	Regime misto - Licitada 3,65% e RBNJ 9,25%	2024	—	Lucro Real
ETEM	9,25%	2024	—	Lucro Real

★continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

de uma das partes. -- -- -- -- E-TAU - STC - CCI -- -- -- R\$ 2.920,00/mês - 16/11/06 - Extinção da Concessão de uma das partes. -- -- -- -- Transporte - Manaus Transmissora - CCI -- -- -- R\$ 246.617,93 por 6 meses + R\$ 9.069,00/mês - 11/11/13 - Extinção da Concessão de uma das partes. -- -- -- -- EDV I (Comodante) - Alupar (Comodataria) - Contrato de Comodato nº EVVU\_JU\_COM\_0489-15 envolvendo área do imóvel denominado Sítio Picada para instalação de Unidade Fotovoltaica -- -- -- -- 01/06/15 - 01/06/45 -- -- -- -- E-TSE - CELSC - CCT -- -- -- R\$ 754.335,14/ano - Conexão à SE Gaspar Z com 4 pontos de linha - Extinção da Concessão de uma das partes. -- -- -- -- Lumirans - EBTE - Contrato de Comodato -- -- -- -- 29/03/16 - Devolução do Equipamento -- -- -- -- STC - E-TSE - CCI -- -- -- 15/05/14 - Extinção da Concessão de uma das partes. -- -- -- -- STC - EATE - Contrato de Comodato -- -- -- -- 28/03/16 - Devolução do Equipamento -- -- -- -- STN - CHESF - COM nº 001/2009 Contrato de Operação de Linha e Equipamentos de Subestação, Manutenção e Serviços de Telecomunicações -- -- -- R\$ 2.969.079,12/ano a preços de Junho/2014 - 01/02/10 - Contrato dispõe que a prorrogação da vigência em seu término. -- -- -- -- STN - CHESF - CCI nº 002/2005 Contrato de Compartilhamento de Instalações -- -- -- R\$ 9.500,00/Mês a preços de dezembro/2005 - 13/12/05 - Extinção da Concessão de uma das partes. -- -- -- -- EDTE - TPE, IE Paraguaçu e Tropicália - Termo de Transferência não Onerosa - Ramal de Distribuição -- -- -- 34.782 - 02/10/20 - Indeterminado -- -- -- **c) Remuneração da alta administração:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2022, foi aprovada pelos acionistas da Companhia a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para o exercício social de 2022 no montante de até R\$13.910 líquido de encargos sociais - INSS, ónus da Companhia conforme Ofício Circular SEP 01/2021 da CVM, sendo R\$1.644 referentes à remuneração dos membros do Conselho de Administração e R\$12.166 referentes à remuneração da Diretoria, ainda foi aprovada a remuneração dos membros do Conselho Fiscal no montante mínimo previsto em lei de 10% (dez por cento) da remuneração média de cada diretor.

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2022	31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2022	31/12/2021
Remuneração da diretoria (I)				
Remuneração do conselho	1.496	946	2.275	1.906
Encargos sociais do conselho e diretoria	2.874	3.174	6.191	6.934
<b>Total</b>	<b>14.071</b>	<b>15.068</b>	<b>32.333</b>	<b>31.454</b>

i) Compostos por ordenados, salários, participação nos lucros, benefícios não monetários (tais como assistência médica e odontológica), benefícios de aposentadoria, seguro de vida e gratificações.

### 31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

**31.1. Valor Justo e Hierarquia do valor Justo:** Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como, utilizaram a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros e pela técnica de avaliação: • Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2022		31/12/2021		Classificação	Nível
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e bancos	180.528	180.528	35.208	35.208	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	669.953	669.953	341.911	341.911	VJR	2
Investimentos de curto prazo	1.836.607	1.836.607	1.553.503	1.553.503	VJR	2
Títulos e valores mobiliários	138.094	138.094	121.666	121.666	VJR	2
Contas a receber de clientes	501.201	501.201	416.231	416.231	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	7.088	7.088	-	-	VJORA	2
<b>Passivos financeiros</b>	<b>3.333.471</b>	<b>3.333.471</b>	<b>2.468.519</b>	<b>2.468.519</b>		
Fornecedores	239.119	239.119	198.387	198.387	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.519.618	2.519.618	2.387.593	2.387.593	Custo amortizado	-
Debêntures	9.116.488	9.112.076	7.660.163	7.655.751	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	44.794	44.794	48.413	48.413	Custo amortizado	-
Passivo contratual com clientes	116.330	116.330	-	-	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	8.860	8.860	-	-	VJORA	2
<b>Total</b>	<b>12.045.209</b>	<b>12.040.797</b>	<b>10.294.556</b>	<b>10.290.144</b>		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3. As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes: • Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. • Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que proíbe que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. • Debêntures: o valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil. Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em seus debêntures e de suas controladas com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **31.2. Gerenciamento de risco:** O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta afim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu os Comitês de Finanças, de Auditoria e de Partes Relacionadas. A Companhia busca proteção para os riscos: (a) de crédito; (b) de liquidez; e (c) de mercado. **(a) Risco de crédito:** Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. **(i) Contas a receber de clientes:** Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias. **(ii) Caixa e equivalentes de caixa, Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários:** Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco e de associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras. **(b) Risco de liquidez:** A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$11.636.106, sendo que 9,89% desse valor (ou R\$1.151.029) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira impactariam a Companhia e suas controladas, causando um aumento das despesas futuras das mesmas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, consequentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia e suas controladas podem incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente. Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas. Atualmente o grau de alavancagem financeira da Controladora é de 1,01 (0,97 em 2021) e do Consolidado é de 1,51 (1,32 em 2021). Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas antevistas anteriormente contratadas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações. As cláusulas restritivas ("covenants") estão descritas nas notas explicativas nº 19 e nº 20. Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados. Outro ponto importante é que 94,27% da dívida consolidada refere-se ao endividamento das controladas da Companhia (93,44% em 31 de dezembro de 2021), sendo em sua grande maioria na modalidade de *project finance*, captados juntos ao BNDES, emissão de debêntures de infra e outras instituições de fomento. Cerca de 12,97% da dívida total consolidada refere-se às empresas pré-operacionais (6,43% em 31 de dezembro de 2021). Os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros na data da demonstração contábil estão apresentados nas notas explicativas nº 19 e nº 20. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$2.825.182 no Consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Logo o caixa e as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado. A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 37,1% de recursos próprios em contrapartida a 62,9% de capital de terceiros (38,9% de recursos próprios e 61,1% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	31/12/2022		31/12/2021		Risco de redução	Risco de aumento
	Provisão	Índice	Provisão	Índice		
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.519.618	2.387.593		
Debêntures	666.826	659.536	9.116.488	7.660.163		
Dívida bruta	666.826	659.536	11.636.106	10.047.756		
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(943.170)	(655.299)	(850.481)	(377.119)		
(-) Investimentos de curto prazo	(633.531)	(455.336)	(1.836.607)	(1.553.503)		
(-) Títulos e valores mobiliários	-	-	(138.094)	(121.666)		
Dívida líquida	(309.875)	(138.671)	8.810.924	7.995.468		
Patrimônio líquido	6.958.063	6.551.237	10.371.619	10.001.723		
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>(0,4)</b>	<b>0,02</b>	<b>0,85</b>	<b>0,80</b>		

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 112,2% em 31 de dezembro de 2022 (100,5% em 31 de dezembro de 2021). **(c) Riscos de mercado:** **(i) Risco de taxa de juros:** A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sujeitos a taxas de juros variáveis. **Análise de sensibilidade:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e das dívidas às quais a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base em relatórios de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a receita e a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Indexador	Posição em 31/12/2022	Cenário Provável		Risco de redução		Risco de aumento	
			Índice	Variação	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Equivalentes de caixa	CDI	669.953	71.216	35.808	53.412	89.020	106.824	
Investimentos de curto prazo	CDI	1.836.607	195.231	97.616	146.423	244.039	292.847	
Títulos e valores mobiliários	CDI	138.094	14.679	7.340	11.010	18.349	22.019	
<b>Total</b>		<b>2.644.654</b>	<b>281.126</b>	<b>140.564</b>	<b>210.845</b>	<b>351.408</b>	<b>421.690</b>	

	Juros	Posição em 31/12/2022 (*)	Cenário Provável		Risco de redução		Risco de aumento	
			Índice	Variação	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Consolidado								
Empréstimos e financiamentos								
TJLP +	2,35%	546.451	54.079	33.472	43.773	64.386	74.691	
IPCA +	1,68%	57.814	3.605	2.288	2.946	4.263	4.922	
CDI +	1,36%	275.244	33.388	18.560	25.974	40.802	48.215	
IBR +	4,14%	118.720	16.475	10.695	13.585	19.365	22.255	
SOFR +	2,93%	940.592	75.930	51.727	63.829	88.032	100.133	
CDI +	4,09%	3.574.586	1.156.113	928.835	1.042.475	1.269.570	1.383.390	
IPCA +	5,43%	5.673.658	576.234	442.240	509.236	643.232	710.228	
<b>Total</b>		<b>11.187.065</b>	<b>1.915.824</b>	<b>1.487.817</b>	<b>1.701.818</b>	<b>2.129.830</b>	<b>2.343.834</b>	

(\*) A posição da data-base refere-se ao principal das dívidas sem considerar os encargos e exceto também os contratos que são remunerados com taxa fixa. **(ii) Risco cambial:** A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se ao fato das controladas da Companhia possuírem transações com instituições financeiras, clientes e fornecedores em moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, denominadas moedas estrangeiras. A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro e de suas controladas é o Novo sol peruano, Peso colombiano, Peso chileno e o Real brasileiro. As controladas da Companhia possuem majoritariamente exposição à dólares americanos, relacionados a transações de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a pagar com fornecedores e contas a receber de clientes. Se a moeda funcional se desvalorizar frente ao Dólar americano, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, a Companhia e suas controladas contrataram instrumentos financeiros derivativos, vide nota explicativa nº 31.3. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram liquidados em novembro de 2022. Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos indexados à moeda estrangeira na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	Consolidado 31/12/2022		Consolidado 31/12/2021	
	Valor em USD	Valor em R\$	Valor em USD	Valor em R\$
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	22.412	-	587
Contas a receber de clientes	-	-	-	36
Outros ativos	1.565	8.652	676	3.764
	23.977	125.472	1.270	7.065
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos	205.171	1.516.900	188.468	1.040.560
Fornecedores	104.785	91.579	7.505	30.213
Outros passivos	312.484	1.621.564	195.973	1.070.773
	(288.487)	(1.496.092)	(194.703)	(1.063.708)

**Exposição líquida no balanço**  
**(iii) Risco Hidrológico:** O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos. Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE. A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do

atual cenário de despacho termoeletrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. **(iv) Risco de Descontratação:** Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão está relacionada à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas. A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. **(v) Risco de regulação:** As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas. **31.3. Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de Hedge:** Como o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, a Companhia e suas controladas a partir do 2º trimestre de 2022, passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. Os principais instrumentos utilizados são SWAP e Non-Deliverable Forward (NDF). **Instrumentos de proteção de dívida em dólares** - Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAPs. Nesses instrumentos as controladas EAP I e EAP II trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos atualmente no "Ativo Imobilizado", pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" a medida que as controladas entrarem em operação. **Instrumentos de proteção de contratos de importação de equipamentos** - Instrumentos financeiros derivativos contratados ao longo do exercício de 2022 com o objetivo de fixar em real brasileiro o valor de dólares americanos na data de vencimento/liquidação do pagamento dos contratos de importação de equipamentos, reduzindo então a exposição cambial à dólares da Companhia e sua controlada Pitombeira. A proteção é realizada por meio de operações com NDFs. Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do período na rubrica de "Resultado Financeiro". A controlada indireta TCE, localizada na Colômbia, possui sua receita definida em dólares americanos cuja conversão para peso colombiano ocorre no momento do faturamento e possui financiamento em dólares americanos cujos as liberações dos créditos são indexados a taxa flutuante de SOFR de 6 meses. Com o objetivo de proteção econômica e financeira em pesos colombianos, a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos e o designa como *Hedge* de fluxo de caixa. **Instrumentos de proteção para receita** - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada do faturamento em dólares americanos. **Instrumentos de proteção de dívida em dólares** - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo eles, o SWAP para converter a taxa flutuante (SOFR de 6 meses) do financiamento em taxa fixa e a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada dos desembolsos do crédito do financiamento em dólares americanos. Ganhos ou perdas relacionados ao SWAP para proteção da dívida são reconhecidos atualmente no "Ativo Imobilizado", pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" quando a TCE entrar em operação, e os ganhos e perdas relacionados a proteção da receita são reconhecidos atualmente em Passivo contratual com clientes e serão reconhecidos no resultado quando a controlada atender os critérios para reconhecimento de receita. Os ganhos ou perdas das NDFs relacionadas a dívida em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro". Todas as operações de derivativos da Companhia e suas controladas estão detalhadas no quadro a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos não designados em Hedge accounting	Empresa	Nacional USD	Nacional R\$	Periodicidade da liquidação	Ano de Vencimento	Posição líquida		Efeito no resultado ou balanço no exercício findo de 31/12/2022	
						31/12/2022	31/12/2021	Valor justo	Ganho (perda) realizada
Contratos cambiais	Alupar	19.100	101.394	No vencimento	2022	-	-	-	5.385
Contratos cambiais	TCE	18.558	94.646	No vencimento	2022-2023	7.088	-	(8.826)	(11.860)
Swaps taxa flutuante	TCE	61.947	314.529	Semestral	2023-2036	(8.860)	-	6.544	538
SOFR 6M vs. taxa fixa	EAP I	20.393	104.308	Único no final	2023	1.345	-	1.345	(5.392)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	EAP II	27.707	142.412	Único no final	2023	1.837	-	1.837	(7.361)
						<b>1.410</b>		<b>900</b>	<b>(18.690)</b>
						7.088		-	-
						3.182		-	-

→\*continuação

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, a Companhia e suas controladas farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

### 34. SEGUROS

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2022 estão assim distribuídos:

	Consolidado 31/12/2022	
	Importância segurada	Prêmio total
Compreensivo Empresarial	627.272	752
Responsabilidade Civil	4.440.765	2.359
Risco de Engenharia	885.809	1.649
Fraude Corporativa e D.O.	5.000	75
Riscos Nomeados e Operacionais	5.758.215	7.809
Veículos	Valores de tabela	135
Seguro de Riscos Equipamentos	2.620	30
Fiel Cumprimento	158.272	1.934
Seguro Garantia Judicial	8.407	145
Seguro Garantia Performance	26.691	318

## A Diretoria

## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis

**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17.** Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 02 de março de 2023.

A Diretoria

## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Alupar Investimento S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentados pelo Relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitidos nesta data. Com base nos exames efetuados nos documentos acima mencionados e nas discussões com os sócios da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e do escritório de advocacia Lefosse Advogados, os membros do Conselho opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. Os membros do Conselho Fiscal da Alupar Investimento S.A. também opinaram favoravelmente sobre a proposta de pagamento dos dividendos, conforme abaixo: (i) R\$8.791.112,54 (oito milhões, setecentos e noventa e um mil, cento e doze reais e cinquenta e quatro centavos), referente ao lucro líquido da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) R\$413.182.289,38 (quatrocentos e treze milhões, cento e oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais e trinta

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Alupar Investimento S.A. - São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alupar Investimento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **Mensuração do ativo contratual:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.5 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 9, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 18.357.810 mil no consolidado. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia e suas controladas a contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - *Revenue from contract with customer*), conforme divulgado na nota explicativa 3.13, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insucessos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucro esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, incluindo inspeção física em base amostral, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e suas controladas; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 3.5, 3.13 e 9 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:** Conforme divulgado na nota explicativa 12 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2022 o saldo do imobilizado da Companhia é de R\$ 5.324.416 mil no consolidado. A controlada Ferreira Gomes Energia S.A. possui R\$ 1.309.529 mil registrado como ativo imobilizado, para o qual a avaliação do valor recuperável envolve julgamentos significativos da diretoria na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, as quais incluem taxas de desconto e de crescimento. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos é complexo e envolve alto grau de subjetividade, bem como, por ser baseado em diversas premissas e estimativas baseadas em projeções de mercado e de cenários econômicos incertos, o que pode trazer variações significativas na definição do valor recuperável do ativo imobilizado e, consequentemente, no saldo registrado nas demonstrações contábeis. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as principais premissas utilizadas pela controlada da Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas, o nível de investimento e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, volumes e preço da energia gerada, com o

### 35. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2022, as controladas em fase pré-operacional mantêm contratos de prestação de serviços, gastos ambientais e fornecimento de materiais para a construção dos respectivos empreendimentos, conforme detalhado a seguir:

Controlada:	Valor
ELTE	140.929
UFV Pitombeira	59.998
EAP I	22.523
EAP II	28.728
<b>Total Consolidado</b>	<b>252.178</b>

### 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

• **Constituição da Transmissora de Energia Central Paulista S.A. -TECP:** Em 05 de janeiro de 2023, a Alupar Investimento S.A. e a Mercury Investments Participações S.A., constituíram a Transmissora de Energia Central Paulista S.A. -TECP, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do LOTE 6 (vide nota explicativa nº 1.2 (ii)) do Leilão ANEEL 02/2022, nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 99,94%, ficando a Mercury com a participação de 0,06% sobre o capital social da TECP. • **EAPs I e II recebem as Licenças de Operação:** Em 12 e 27 de janeiro de 2023, as geradoras EAPs I e II, respectivamente, pertencentes ao Complexo Edílico do Agreste Potiguar, receberam do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), as Licenças de Operação dos Parques São João (formado por seis aerogeradores) e Santa Régia (formado por nove aerogeradores) totalizando nesta etapa 63 MW de potência que serão inseridos no sistema elétrico nacional até final de abril de 2023.

**Contadora:** Daniela Ribeiro Mendes - CRC 1SP199348/O-0

## Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

**DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 e CVM 586/17.** Declaramos, na qualidade de diretores da Alupar Investimento S.A., sociedade por ações com sede na Rua Gomes de Carvalho nº 1.996 - 16º andar, Vila Olímpia, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38, nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 02 de março de 2023.

A Diretoria

e oito centavos), referente ao saldo destinado a reserva de lucros a realizar nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2021. Os membros do Conselho Fiscal da Alupar Investimento S.A. também opinaram favoravelmente sobre a proposta de modificação do Capital Social da Companhia, decorrentes do cancelamento de ações e bonificação para deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, conforme abaixo: (i) Cancelamento de 2 (duas) ações ordinárias da Companhia; (ii) Cancelamento de 13 (treze) ações preferenciais da Companhia; e (iii) Emissão de 35.164.450 (trinta e cinco milhões, cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta) novas ações da Companhia, sendo 23.878.239 (vinte e três milhões, oitocentas e setenta e oito, duzentas e trinta e nove) ações ordinárias e 11.286.211 (onze milhões, duzentas e oitenta e seis, duzentas e onze) ações preferenciais.

São Paulo, 02 de março de 2023

O Conselho Fiscal

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

envolvimento de especialistas em avaliação, quando aplicável; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; e (iii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas 3.8 e 12 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ativo imobilizado da controlada Ferreira Gomes Energia S.A., que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 02 de março de 2023

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. Auditores Independentes S.S. CRC-25P034519/O Eduardo Welchen Contador - CRC-1SP184050/O



www.alupar.com.br

Alupar

Veja o nosso vídeo institucional!



alupar



company/alupar



aluparinvestimento



www.alupar.com.br

